



OLISIPO

BOLETIM TRIMESTRAL

do

GRUPO «AMIGOS DE LISBOA»



ANO XIV - N.º 55



JULHO 1951

CASA AFRICANA

Rua Augusta, 161/Telef. 2 4264-65 P. B. X./LISBOA
Rua Sá da Bandeira, 166/Telef. 1361 P. B. X./PORTO

Secções de Alfaiataria e Camisaria para Homens e Rapazes. Modas e roupa branca para Senhoras e Crianças. Sedas e Veludos, Lãs, Malhas, Algodões, Cintas e Soutiens. Decorador-estofador. Peles confeccionadas e a retalho. Retrosaria, Luvaria, Perfumaria e todos os artigos para

HOMENS, SENHORAS E CRIANÇAS

Preços fixos e marcados em todos os artigos
ON PARLE FRANÇAIS ENGLISH SPOKEN

Os «Amigos de Lisboa»

Preferem, para os seus seguros, a

IMPÉRIO

Uma COMPANHIA DE SEGUROS que honra Lisboa

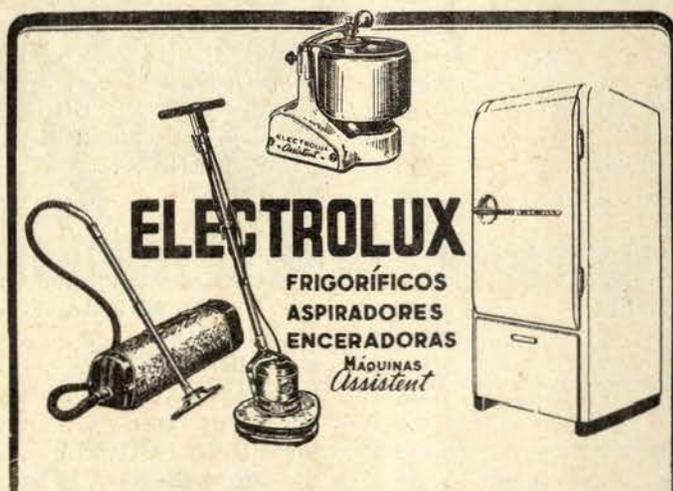
COMPANHIA ALCOBIA

Fornecedores dos melhores
e mais lindos mobiliários

Cómodas de estilo — Porcelanas de Saxe — Espelhos de Veneza — Candelieiros de
cristal, de ferro forjado e de madeira — Tapeçarias — Marquises e voiles suços
Carpets de lã

COMPANHIA ALCOBIA

R. Ivens, 14 (esquina da R. Capelo)
TELEFONE 26441



Escolhe-se o melhor quando se escolhe um ELECTROLUX

Electrolux, Limitada

LISBOA

SEDE E EXPOSIÇÃO

R. Pascoal de Melo, 7

Telefs.: 48378 / 50516 / 54130

EXPOSIÇÃO

Av. da Liberdade, 141

Telefs.: 28246 / 32901

VIDROS E CRISTAIS

Especializada no fabrico de vidros para iluminação
e de frascaria para perfumaria a laboratórios

GAIVOTAS, L.^{DA}

FÁBRICA FUNDADA EM 1881

Rua das Gaivotas, 10 a 24

Telefone P. B. X. | 63176
63177

Sociedade Geral

de

Comércio, Indústria e Transportes

LISBOA

Carga e expediente: **Rua do Comércio, 39** Telefone: 30551

FROTA

n/m ÁFRICA OCIDENTAL	1.504 T	n/m COLARES	1.376 T.
n/m ALCOBAÇA	9.437 T	n/m CONCEIÇÃO MARIA	2.974 T.
n/v ALGOUTIM	10.526 T.	n/m CORUCHE	1.370 T.
n/m ALENQUER	9.437 T.	n/v COSTEIRO	900 T.
n/m ALEXANDRE SILVA	3.110 T.	n/v COSTEIRO SEGUNDO	490 T.
n/v ALFERRAREDE	2.118 T	n/m COSTEIRO TERCEIRO	1.426 T.
n/p ALFREDO DA SILVA	3.643 T.	n/m COVILHÃ	1.376 T.
n/m ALMEIRIM	9.437 T	n/v CUNENE	9.800 T.
n/v AMARANTE	12.595 T.	n/v FOCA	2.018 T.
n/m AMBRIZETE	9.100 T.	n/v INHAMBANE	9.619 T.
n/m ANDULO	9.100 T.	n/v LUSO	10.125 T.
n/m ANTONIO CARLOS	2.974 T.	n/v MARIA AMÉLIA	3.005 T.
n/m ARRAIOLOS	9.437 T.	n/v MELLO	6.253 T.
n/m BELAS	7.110 T.	n/v MIRANDELA	7.900 T.
n/m BORBA	7.145 T.	n/m SÃO MACÁRIO	1.221 T.
n/m BRAGA	7.110 T.	n/v SAUDADES	6.430 T.
n/m BRAGANÇA	7.110 T.	n/v SILVA GOUVEIA	1.363 T.
n/m CARTAXO	1.376 T.	n/v ZÉ MANEL	1.220 T.

REBOCADORES:

«ÁFRICA», «CINTRA», «ESTORIL»,
«FREIXO», «SÃO CRISTOVÃO» «SOURE»

LANCHAS A MOTOR:

«GAROTA», «BOLHÃO», «MAQUELA»,
«CAROCHA»

34 Batelões (19 de 500 T., 13 de 400 T. e 2 de 250 T.)

24 Fragatas de (2.150 T.)

1 Barca de água (250 T.)

1 Draga «BARREIRO» com 5 Batelões de Dragadas com 80 m³ cada

EM CONSTRUÇÃO NOS ESTALEIROS DA C. U. F.

2 navios de 3.600 T. e para 52 passageiros cada

2 rebocadores de 1.200 T. cada.

CARREIRAS DE LISBOA PARA:

NORTE DA EUROPA • NORTE DE ÁFRICA • CABO VERDE • GUINÉ • ANGOLA
ARGENTINA • CHILE • ESTADOS UNIDOS • TERRA NOVA
GROENLÂNDIA E COSTA DE PORTUGAL

A COMPANHIA QUE MAIS NAVIOS TEM AO
SEU SERVIÇO, CONSTRUÍDOS EM PORTUGAL
NOS ESTALEIROS DA COMPANHIA UNIÃO
FABRIL NO BARREIRO E EM LISBOA

CHÁ CELESTE



COMPANHIA NACIONAL DE NAVEGAÇÃO

Sede - Rua do Comércio, 85 - LISBOA

Sucursal - R. do Infante D. Henrique, 73 - PORTO

Serviço rápido de carga e passageiros para a África Ocidental, África Oriental e América do Norte

FROTA DA C. N. N.

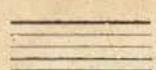
NAVIOS DE PASSAGEIROS

	Tons. dw.
«Angola»	9.550
«Moçambique»	9.423
«Niassa»	9.630
«Índia»	7.000
«Quanza»	6.230
«Zambézia»	1.857
«Lurio»	1.505
«Luabo»	1.475
«Timor»	7.000

NAVIOS DE CARGA

	Tons. dw.
«Sofala»	12.145
«Moçamedes»	9.120
«Rovuma»	9.100
«S. Tomé»	9.050
«Nacala»	3.370
«Angoche»	1.200
«Lagus»	1.680
«Save»	em construção

AGÊNCIAS EM TODOS OS PORTOS AFRICANOS E NOS PRINCIPAIS PORTOS DO MUNDO



PÉROLA DO ROCIO, L.^{DA}

ENVIO DE ENCOMENDAS

Para todo o País e Estrangeiro

Rocio, 105-Lisboa

Casa especializada em Chá,
Café, Bolacha, Bonbons
e Chocolates

Telefone 20744

A Companhia Colonial de Navegação

assegura com os seus paquetes
e navios de carga carreiras regulares
para a África Portuguesa, para o
Brasil e para a América do Norte

LISBOA

R. de S. Julião, 63

PORTO

R. Infante D. Henrique, 9

Bertrand (Irmãos), L.^{da}

FOTOGRAVURA
TIPOGRAFIA



FOTÓLITO
DESENHO

T. Condessa do Rio, 27 — Telef. 21368 21227

Oferta

27. JUL. 1982

OLISIPO

B O L E T I M T R I M E S T R A L

ANO XIV

JULHO DE 1951

NÚMERO 55

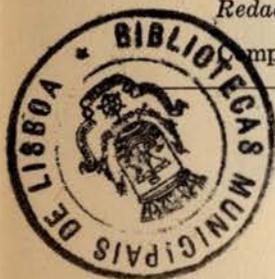
DIRECTOR: MATOS SEQUEIRA EDITOR: FRANCISCO VALENÇA

Edição e Propriedade do

GRUPO «AMIGOS DE LISBOA»

Redacção e Administração: Rua Garrett, 62, 2.º — Telefone 2 5711

Imp. e imp. na «Editorial Império, Lda.» — Rua do Salitre, 151/155



SUMÁRIO

Marechal Óscar Carmona †

*Alfama e o património de pitoresco, artigo publicado em «O Século»
de 25 de Março de 1951.*

A Palmatória de S. Roque, por Hugo Raposo.

Um Crime à Porta da Alfafa, por J. M. Cordeiro de Sousa.

Wilhelm Christian Gotthelf von Feldner, Uma pedra tumular no Cemitério alemão, por Heinrich Katzenstein.

Bailes na Corte de D. Manuel I, palestra por Mário Costa.

Viela da Madragoa, por Cassilda Celso.

S. Carlos Fim do Século, por Sidónio Miguel. (Conclusão).

NA CAPA — *O Campo de Santa Clara em 1864*

Distribuição gratuita a todos os sócios

Os artigos aqui publicados são de exclusiva responsabilidade dos seus autores



MARECHAL ÓSCAR CARMONA

A PESAR deste número da nossa revista sair em data já distante daquela em que ocorreu o falecimento do Senhor Marechal Carmona, não pode deixar-se de gravar aqui o tributo de homenagem que os Lisboetas devem ao seu dilecto conterrâneo, que durante quase vinte e cinco anos ocupou a chefia do Estado.

Não cabe na índole deste boletim enumerar os actos políticos mais salientes da sua governação, mas é dever, que se cumpre com orgulho, afirmar e repetir que foi sob a sua longa e serena administração que a cidade de Lisboa, seu berço natal, conheceu a maior fase de desenvolvimento depois de Pombal, e isso não é indiferente aos Amigos de Lisboa.

Foi no espaço desses vinte e cinco anos que a pérola do mar oceano sacode as amarras da rotina e se lança altivamente na conquista dum lugar de primacia entre as capitais da Europa, sem perda do seu carácter, sem obliterar a sua história.

O Senhor Marechal Carmona, sócio de honra do Grupo, dedicava-lhe um afecto que se pode dizer fervoroso. Anualmente, por ocasião da Feira do Livro, distinguia-nos sempre com palavras de compreensão e estímulo, inquiria com solicitude das últimas novidades literárias lisiponenses e mais de uma vez se lhe ouviu declarar que lia com muito interesse o nosso *Olisipo*.

Em 1945 fomos obsequiados com a sua ilustre visita à nossa sede, onde se demorou, com todos conversando afectuosamente. Na nossa biblioteca surpreendeu-se como uma instituição tão jovem — com nove anos nessa altura — conseguira já acumular tal número de exemplares e tantas raridades bibliográficas.

É dessa honrosa visita que hoje aqui se dá uma imagem fotográfica como saudosa recordação dum dos mais insignes Lisboetas de todos os tempos e de quem se pode dizer, com toda a propriedade, que foi um grande Amigo de Lisboa.



O Senhor Marechal Óscar Carmona nos Amigos de Lisboa

ALFAMA

E O PATRIMÓNIO DE PITORESCO

*Artigo publicado em «O Século»
de 25 de Março de 1951*

ENTRE os muitos escritores que pediram flores para enfeitar a pobreza de Lisboa contam-se Ramalho Ortigão e Carlos Malheiro Dias. Estes as pediram em prosa como Cesário e António Nobre as pediram em verso. Porque existirá, hoje, entre os que se dizem modernistas a fobia da flor?

Temos artérias centrais, no circuito obrigatório do turista que desembarca em Lisboa, que são, sem favor, do mais incaracterístico, do mais miserável, do mais abandonada que qualquer grande cidade europeia pode oferecer como espectáculo a quem a visite. Nem uma flor, ao menos, anima, com um pouco de cor e de pitoresco, as fachadas desse «boulevard» de casebres que é a Avenida 24 de Julho. Se, ao menos, as casas estivessem pintadas e cuidadas; se não se estendesse roupa às janelas, nessa área; os gerânios, as malva-rosas, as chagas e outras flores baratas guarnecessem em grinaldas de cor aquelas sacadas, aqueles peitoris pobres, o panorama seria outro! E não custaria muito dinheiro à Câmara conseguir essa modesta transformação. Seria pouco? Certamente, quase nada.

Mas lembramo-nos das ruas do velho porto de Hamburgo, cujas casas pobres, cuidadas e floridas, tanto encanto davam aos olhos dos viajantes que, saindo dos cais, por elas penetravam na cidade. As próprias tabernas, com os seus lampeões de ferro forjado, com as suas «enseignes» de chapa recortada no velho estilo alemão, com os seus vasos de plantas decorativas às portas — pareciam «bars» de gente civilizada e tinham certo ar acolhedor.

Aqui, a dois passos, a «Barceloneta», onde se comem os melhores mariscos de Espanha, não tem casas ricas. Mas tem flores! Tem cor, tem alegria e tem dez réis de bom gosto, e tom alacre e vivo, como é

próprio da terra. Nós, não. Não há repartição na cidade que desses pormenores cuide. Faltam à Câmara artistas. Os pintores, sobretudo, os poetas da cidade, também são precisos. Lisboa é uma capital que precisa deles, como de pão para a boca, para valorizar o seu pitoresco antigo. Atravessámos mais de um século de «gosto burocrático». E, ainda hoje, as grandes e monumentais avenidas modernas, cheias de excelente arquitectura utilitária, não têm, na sua quase totalidade, jardins e flores. Não falamos de «salsa» e de «pastagens», nem de plantas de «guarda-portão». Falamos de autênticos jardins, policromados, ricos, dessa paleta exuberante que são as flores portuguesas, e que uma incrível doença oftalmológica dos urbanistas arredou dos quadros modernos da cidade, com um desprezo total por elas, e um culto servil da «architecture d'aujourd'hui», sobretudo quando ela nos impinge os «blocos sociais», cuja monotonia maciça, cuja chateza nivelada e cuja total ausência de imprevisto tornam os nossos bairros puros pelotões de prédios, autênticos cemitérios de vivos, geométricos, higiénicos mas frios e incomunicáveis entre si.

Quase se tem saudade das ruas estreitas, dos arcos, das escadinhas, do calor e da intimidade dos velhos bairros, onde o grande palácio, a casa burguesa, a casinha pobre recortavam hierárquicamente a fisionomia dos burgos, aproximavam as gentes e davam, na realidade, uma sensação de família, de cidade, de vizinhança, de companhia.

— Moro num prédio de nove andares onde há cento e três inquilinos. Não conheço nenhum. Sou médico, e também ninguém me conhece no prédio. Por acaso encontrei no elevador um vizinho que corria à procura de um clínico para uma doente grave e me perguntou se eu sabia de algum médico que morasse perto...

Isto nos dizia um amigo, que rematou, assim, a informação: — Moro no Areeiro e tenho a impressão de viver na Checoslováquia!

Decerto isto é vida moderna; decerto, a parte nova de Alvalade, o Areeiro, é notável, por vezes grandiosa; decerto Lisboa, com ela, progride, acompanha a fisionomia de todas as outras grandes capitais europeias. Ninguém diz o contrário. Mas também é certo que nenhum estrangeiro se deslocará a Lisboa para vir ver essas avenidas modernas, higiénicas e europeias, que ele tem, iguais ou melhores, no seu país. Ele virá ver o pitoresco de um bairro, os monumentos das Descobertas, que dão, ainda hoje, a Portugal um renome que chega a toda a parte. Virá ver Lisboa, virá gozar o nosso clima, beber o nosso vinho, comer os nossos frutos, estar sossegado e, por pouco dinheiro, estendido ao Sol do Estoril, ou ouvir numa noite boémia, em certa adega escondida, a curiosidade de um fado, ou, ainda passear em Belém na cavalariça que guarda a mais rica colecção de coches do Mundo, reunida num só museu.

Não tenham dúvidas: o património arqueológico e pitoresco da cidade é o mais seguro e aliciante motivo para a curiosidade do turista.

Tudo quanto a Câmara gastar na reposição de Alfama — «reposição» é o termo — é uma autêntica despesa reprodutiva.

Por essa razão, o plano Pastor de Macedo deveria prosseguir como plano de emergência e não como uma simples fantasia de arqueólogo. E o sr. tenente-coronel Salvação Barreto, certamente com nítida visão do caso, se meter ombros ao empreendimento resolvê-lo-á com a decisão habitual.

Simplemente seria necessário que — como Duarte Pacheco antevia — um grupo de artistas, de gente de gosto, acompanhasse a Câmara nessa cruzada de transcendente alcance. Cada palmo de Alfama precisa de ser valorizado. Bastantes passos demos — o architecto Veloso Reis, o jornalista Norberto de Araújo, o nosso camarada Matos Sequeira e quem escreve estas linhas (com o ministro à frente, a galgar incansável calçadas, becos e escadinhas!) — para lançar os preliminares do estudo entregue ao architecto. Aquilo não é obra de prancheta e tira-linhas. É obra de pintor, de decorador, de cenógrafo, de poeta. Mas é, também, uma obra de alto interesse económico, de autêntica valorização de Lisboa.

A PALMATÓRIA DE S. ROQUE

por HUGO RAPOSO

É por demais conhecido dos Lisboetas o monumento de modestas dimensões que guarnece ao centro, o Largo de S. Roque, presentemente denominado Largo Trindade Coelho. A sua pequenez afasta possivelmente laboriosas congeminações sobre o seu significado e fundamento e por isso poucos lhe conhecem a história. O vulgo limita-se a nomeá-lo por «palmatória» dada a semelhança de configuração com o conhecido instrumento pedagógico... do século passado.

Os próprios escritores lisiponenses não lhe têm dado importância, excepto Pinho Leal, que dele fornece curta notícia a pág. 166 do seu Dicionário, aliás com gralhas... de palmatória, que aqui ficam rectificadas, com a transcrição exacta dos textos.

O sr. Matos Sequeira também lhe faz ligeira alusão no «Carmo e a Trindade».

O monumento foi mandado executar e erigir pelos cidadãos italianos residentes em Lisboa, por ocasião do casamento de D. Luís I com a senhora D. Maria Pia de Sabóia. É esta tão simplesmente a história.

A sua contextura artística é igualmente simples: sobre plinto rectangular assenta uma coluna cilíndrica lisa, monolítica, terminando em capitel coríntio. Entre as folhas de acanto do capitel, as armas da casa de Bragança e da casa de Sabóia, lado a lado, encimadas pela

coroa real, tema este que está repetido igualmente em cada uma das quatro faces da cúpula, sobre a qual assenta um medalhão circunferencial, colocado de cutelo, com as seguintes inscrições:

na face nascente

PELO FAUSTO CONSORCIO
DE SUAS Magestades
EL-REI D. LUÍS I DE PORTUGAL
E A PRINCEZA MARIA PIA DE SABOIA
EM 6 DE OUTUBRO DE 1862
NOVO PENHOR DE FRATERNIDADE
ENTRE OS DOIS POVOS

OS ITALIANOS REZIDENTES EM LISBOA
ERIGIRAM

na face poente

PEL FAUSTO CONSORZIO
DELLE LORO MAESTÁ
IL RE DON LUIGI DI PORTOGALLO
E LA PRINCIPESSA MARIA PIA DI SAVOIA
AD 6 OTTOBRE 1862
NUOVO PEGNO DI FRATELLANZA
FRA I DUE POPOLI

GLI ITALIANI RESIDENTI IN LISBONA
ERESSERO

Foi um acto amável dos Italianos para com a princesa, sua compatriota, filha mais nova do rei Vítor Manuel I, na ocasião em que ascendeu a rainha de Portugal, compartilhando com D. Luís do reinado mais tranquilo da dinastia brigantina. Morreu esta digna senhora em Itália pouco depois da implantação da República, parecendo que o verdadeiro lugar de repouso dos seus restos mortais deveria ser no Panteão da Casa de Bragança, onde ainda não figura senão numa alusão escultórica, aliás de impressionante e comovedora expressão, simbolizando a Dor, aos pés dos túmulos do Filho e neto.

E agora, já que estamos no Largo de S. Roque, vamos recordar que a nascente do ponto onde está a palmatória, a dois ou três metros de distância, assentava a parede exterior da torre de Álvaro Pais,

vértice da cerca de D. Fernando ou cerca nova, entre a Trindade e a Calçada do Duque.

Álvaro Pais era o nome do chanceler de D. Pedro I e D. Fernando e padraсто de João das Regras.

A cerca, segundo Fernão Lopes, foi construída de 1373 a 1375, prazo quase inacreditável, se atendermos à enorme extensão desta cintura de muralhas e à sua solidez, que se mostrou inexpugnável em 1384, por ocasião do famoso cerco castelhano.

A torre em questão ficou bastante arruinada com o terramoto de 55 e foi demolida no ano de 1837 para alinhamento do actual largo. Assim aos poucos offi desaparecendo da vista dos Lisboaetas este notável monumento defensivo, cujo traçado está hoje todavia inteiramente reconstituído graças às perseverantes pesquisas do nosso saudoso confrade, o Mestre Augusto Vieira da Silva.

UM CRIME À PORTA DA ALFOFA ⁽¹⁾

por J. M. CORDEIRO DE SOUSA

«Seria realmente monstruoso que, ao cabo do século XIX, o historiador, o crítico, o estudioso, encontrando no caminho um problema ou um assunto, um berço ou uma sepultura, um coração ou um crânio do século XVI, impusesse à curiosidade própria ou ao interesse da verdade histórica a abstenção e o silêncio de um respeito de convenção ou de uma sentimentalidade de preconceito.

LUCIANO CORDEIRO, *A Senhora Duquesa*

D. JOANA DE CASTRO, a nobilíssima filha do «Regedor» Aires da Silva, senhor de Vagos, presidente do Senado de Lisboa, Regedor das Justiças, embaixador à corte inglesa, e, segundo afirmam, cavaleiro da Jarreteira, casara em 1513 ⁽²⁾, ou haviam-na casado quem sabe se por conveniências de família ou de fortuna, com Francisco de Faria, alcide de Palmela, comendador de Alcácer do Sal, e senhor de Évora-Monte, filho daquele Antão de Faria, camareiro e confidente de D. João II, e que um dia o avisara das negras intenções do Duque de Viseu ⁽³⁾.

Mas, ou que o nobre comendador fosse homem já entrado em anos, ou que o casamento houvesse sido imposto pela rija vontade paterna; parece que no peito de D. Joana não se desvanecera a lembrança de certo moço que para as «partes de África» fora afastado, ao que se dizia, por influência do austero Regedor.

Os anos passam e, um dia desembarca na Ribeira, de volta ao Reino, o despeitado mancebo que tão alto se atvera a pôr os olhos e o coração. Chamava-se Manuel Freire, era filho do segundo casa-

(1) Este artigo, destinado a uma revista, não tem nos seus pormenores absoluto rigor histórico, embora os sucessos narrados sejam verdadeiros.

(2) Braamcamp Freire, *Crítica e História*.

(3) Resende, *Cron. dos valerosos e insignes feytos del Rey Dom João II*, etc., cap. LIII.

mento de Nuno Freire com D. Isabel de Almeida, e criara-se de menino em casa do conde de Borba D. Vasco Coutinho. Ao que parece, vinha casado com Grimanesa de Melo, filha de um Álvaro Nogueira de Brito, de quem já tinha três filhas: Iria e Isabel, que depois casaram bem, e outra cujo nome não sei, e se meteu freira (4).

A longa e forçada ausência não apagara o fogo latente no seu peito, e ao saltar em terra, perpassam-lhe pela mente com as saudosas recordações dos dias em que fora ditoso, aquelas trovas de certo poeta cortesão seu contemporâneo:

«Três anos há que sou fora
quatro mil léguas daqui,
onde afirmo que não vi,
nem menos des que nasci,
tão gentil dama até agora!» (5)

A triste esposa de Francisco de Faria morava junto à Porta da Alfafa, nas casas que foram de seu sogro, do lado esquerdo de quem subisse a íngreme calçada que levava aos Paços da Alcáçova, próximo da torre «que foy de dõ Joã Dabrantés», pelas alturas, e não longe, dos Paços de Santo Eloi (6).

Se nos diz a verdade o eco que ainda ressoa ao passar das amarelcidas folhas de velhos nobiliários, ao suspeito senhor de Évora-Monte chegam rumores de que o apaixonado cavaleiro de África lhe rondava as vizinhanças do palácio. E uma noite daquele ano de 1523, espera-o com alguns dos seus, oculto no negror do vizinho arco da Alfafa.

Vinha o enamorado mancebo em companhia de um Fernão Pires de Andrade, «que havia feito boas coisas na Índia» (7), e porventura resolvido a declarar, como outro poeta do tempo:

«Esta dôr dissimulei
até aqui, mas não creais
que a pude encobrir mais» (8),

quando se sente atacado e mal-ferido pelo bando que se ocultava nas sombras. Quer defender-se mas as forças faltam-lhe com o sangue que está perdendo. Sente que vai morrer. Foge.

O resto conjectura-se também: transpõe o arco do Mira, mete ao beco do Leão, atira-se pela íngreme calçada do Quebra-costas, e vai

(4) B. N. L. Colecção pombalina, *Genealogias*.

(5) Resende, *Cancion*. P. II. De Francisco de Sousa.

(6) Vejam-se as pormenorizadas confrontações da propriedade no doc. in fine.

(7) B. N. L. Colecção pombalina, *Genealogias*.

(8) Resende, *Cancion*. De Simão de Sousa.

dar à porta-travessa da Sé, onde quer acabar. Levam-no para o claustro, que lá estava então a Misericórdia, mas ao chegar às capelas afonsinas, morre.

«Que despiedoso fim,
oh quem não fora nascido
nesta vida!» (9)

Francisco de Faria, desvairado e ciumento, sobe as escadas do velho casarão, corre à câmara da, talvez inocente, D. Joana, e assassina-a (10). Estava limpa a honra do nobre senhor de Évora-Monte.

Destes trágicos sucessos ficou-nos a lembrança numa inscrição gravada na parede da estreita passagem que do deambulatório dá para o claustro, e nos diz:

ESTA SEPULTURA HE DE MANUEL FREIRE CRIADO DO CÔDE DE BORBA E CAUALRº DA CASA DELREY. ANDOU M^{to} T(Ê)PO Ê AFRICA NA GUERRA DOS MOUROS E SE(R)UIO EM M^{tas} COUISAS E POR SERUICO DE D(EUS) UEO MÓ RER NESTAS CAPELAS DELREY DÕ Aº NA SEE DE LIXBOA ERA DE 1523 (11)

«Por serviço de Deus» deve entender-se, julgo eu, o ter querido acabar os seus malfadados dias na casa de Deus, pois não vejo que o serviço que fazia, ou pretendia fazer, ao pobre comendador, não fosse antes serviço do diabo.

Qual tenha sido a atitude do velho Regedor das Justiças, ou do filho que já lhe sucedera no cargo, perante o assassinato de D. Joana, não consegui averiguar. Talvez, abatida a sua rija tèmpera pelos anos e pelas perseguições outrora sofridas, quando fiel partidário do Regente, o levassem a padecer em silêncio a desgraça que ensanguentara tão honrada família.

Mais tarde, Francisco de Faria, suponho que tendo-se retirado para a sua alcaidaria de Palmela, e talvez por não deixar os filhos Antão, Aires, Martim, e Diogo, que à morte da mãe eram ainda crianças, entregues a parentes; ou acaso sentindo na alma o frio da solidade, casa segunda vez com D. Guiomar da Silva, filha de Pedro da Silva e de D. Isabel de Albuquerque, e já viúva de Sancho de Tovar.

Depois apenas sei que em 1554 fez testamento e deixou esta vida, ficando sepultado em Palmela.

(9) Resende, *Cancion*. De Simão de Sousa.

(10) B. N. L. Colecção pombalina, *Genealogias*.

(11) J. M. Cordeiro de Sousa, *Inscr. sepulcrais da Sé de Lisboa*.

Por nos descrever com curiosa minúcia a localização do velho palácio tão ligado a estes tristes acontecimentos, transcrevo o seguinte documento cujo interesse me parece desnecessário acentuar:

DOCUMENTO

A Francisco de Faria, fidalgo. Confirmaçam da doaçam que seu pay Amtam de Faria e sua may Lianor Gonçalvez lhe fizeram das casas e assento que tem nesta çidade de Lixboa, aa porta Dalfofa, e que soceda sêpre aho filho mayor que se chamar de Faria, e cõ outras cõdições e limitações aqui declaradas, etc.

Dom Manuel etc. A quantos esta nossa carta virẽ, fazemos saber que por parte de Françisco de Faria, fidalgo de nossa casa, nos foy apresentado huũ estormento de doaçam do quall ho teor tall he:

Em nome de Deus amen. Saibam quantos este estormento de doaçam virem que no ãno do nacimiento de nosso Senhor Jhesu Cristo de mill e quinhentos e onze ãnnos a quatro dias do mes de Septembro, no termo da cidade de Lixboa, na freguesia de Sanctantonio dos Olivaees, na quĩtaa do senhor Amtam de Faria, do conselho dell Rey nosso senhor, estando elle hi de presentem e a senhora Lianor Gonçalvez, sua molher; per elles ambos foy dicto que, querendo elles em suas vidas despoer de sua fazemda que em alguũ tempo nã possa naçer e rrecerçer duvidas escandalo amtre seus filhos e filha, detriminaram ambos em suas vidas tomarẽ suas terças das quaes de dereicto livremente podem aas suas vomtades despoer, cõmo logo de feito tomaram as dictas suas terças no asento de suas casas que elles tem na dicta çidade junto com ha porta Dalfofa, assi como vay da banda do poemte com a rrua da Calçada que vay de baixo pera hos paços dell Rey nosso Senhor, omde começam de partir da bãda do vendavall com casas de Denis Eanes, crerigo, e com a torre que foy de dõ João Dabrantés, e vem partindo aho lomgo cõ casas do Cayado, conigo da See da dicta çidade, da bamda do sull, e passa a rrua que vay pera baixo do arco das dictas casas, e começa a partir per huũa acenhaga estreita que he serventia de goteiras, que vay da dicta rrua emtestar nas casas de Santoloy, da bamda do levante, e fazem bolta partido com Santoloy, da mesma bamda do levante ate emtestarem com casas da senhõra Rainha dona Lianor da bamda do norte, e vay partindo com ellas, e torna aa dicta rrua que vay pera baixo do arco, e passa da dicta rrua. Da bamda do norte partẽ com casas do secretairo Antonio Carneiro, e com a rrua que vay pera baixo do arco da porta Dalfoffa, atee emtestar na sobre dicta rrua da Calçada, da bamda do poemte, e leva a calçada abaixo atee as dictas casas do dicto Denis Eanes, crerigo, omde começam as dictas confrontações, das quaes pera dentro he todo do dicto asento sã se hi meter cousa alguũa alhea, soomẽte a dicta rrua que he serventia publica, que passa per baixo dos arcos das mesmas casas. Ho qual asemto he de casas e heirados e çisterna, e quintaaes. E disseram que queriam pera sempre as dictas casas cõ suas pertemças amdasem em huã soo peça juntamente, sem se nũca poderem partir per nẽnhuũa cousa que avir possa. E disseram que elles de seus prazeres, boas e livres vomtades, per alguũs justos respeitos que os a ello movem; elles ambos faziam, como logo de feto fizeram, pura e yrrevogavell doaçã do dicto asentamento de casas e pertẽças, a Francisco de Faria, seu filho, que a esto presẽte estava, como seu filho mayor primogenito. E por fallecimento do dicto Francisco de Faria, ficaram as dictas casas e asentamento todo a seu filho mayor varão lidimo primogenito, e assi andaram sempre na sua linha direita nos filhos legitimos primogenitos varões, com tamto que sempre se chamem de Faria. E nam se chamando de Faria, nam poderam ter as dictas casas e asentamento, e passarõ no irmaão ou parẽte mais chegado a sua linha direita legitima que se chamar de Faria. E vimdo caso que nã tenham filho varão legitimo, passa-

rão a sua filha primogenita, com a dicta comdiçã que se chame de Faria. E não se emtendera primogenito filho ou filha bastardos, posto que seiam avilitados pello Papa ho Rey, por que sua temçam he averem por filho ou filha primogenitos aquelle que for naçido primeiramente e de legitimo matrimonio.

Decrarã que em quãto ouver filho varão legitimamente nado, nam possam vir a filha alguã, soamente a mïgoa de filho macho. E sendo caso que tenham mais filhos que ho primogenito, o quall primogenito falleça ante da morte do pay, se a este filho primeiro ficarem filho ou filha lidimos que se chamẽ de Faria; a ho primeiro destes viram as dictas casas, e nam tornará atras a nêhuũ dos filhos ou filhas que ficarẽ vivos, irmãos do pay morto, por que querẽ que se emtenda que ho filho mayor legitimamente nado que se chamar de Faria, seja ho possuidor, e fique sempre a soçasam na sua direita linha socesiva, sem nũca tornar a tras aos irmãos, salvo amygoa derdeiros decemdemtes do filho mayor, como dicto he.

As quaaes casas e asentamento lhe assi deram com todas suas entradas e saidas, dereictos, e pertemças, servêtias, e logradouroiros, assi e pella guisa que as elles tem, e ham, e melhor se as melhor poder aver. E lhes praz que o dicto Francisco de Faria, haja logo toda a posse das dictas cosas naturall e civell, e seia logo feto verdadeiro senhor e pesuidor dellas, por que elles ambos a leixam de si, e constituy e ordenã por pesuidores dagora pera sempre das dictas casas em nome do dicto Francisco de Faria, e com tall comdiçam que elles ambos em suas vidas vivam em as dictas casas atee hora de suas mortes, sem contradichã alguã que lhe possa a ello ser posta.

E sendo caso que as terças delles doadores nã cheguem a tamta valia como a cantidade em que as dictas casas forem avaliadas, elle Francisco de Faria seja obrigado a cõpoer e dar em dinheiro a seus irmãos e irmaã de tall maneira que cada hum delles aja comprimento de suas legitimas que lhe de direicto sam devidas de suas fazemdas, por que esta he a vomtade delles doadores que os outros irmãos ajam per inteiro suas legitimas, e mais nam. E todo ho que môtar em suas terças, elles ho daraão aho dicto Francisco de Faria.

Item declararam que, posto que elles assi fazem a dicta doaçam de todas suas terças aho dicto seu filho e socessores, pollo modo que açima he deccrarado, que lhe ficara resguardado elles ambos, e cada huũ porsí poderem testar pera descarrego de suas almas e conciemças. E todo aquello que per elles, e per cada huũ delles, for testado, e em quaaes quer obras pias ou legados, que ho dicto Frãcisco de Faria hos pague, e cumpra seu testamêto nesta parte, nam sendo legados que per deryto se ajam de pagar de monte moor, ãte de ser tirada a terça, assi como devida ou serviços, ou outras semelhantes obrigações que se ham de pagar de monte moor. E prometeram e obrigaram de nũca em alguũ tempo elles per si, nem per outrem, vão comtra esta doaçam, em parte nẽ em todo, mas antes a averam por firme pera sempre, e querem que valha como doaçam amtre vivos, ou causa mortis, ou per outro quall quer modo per que melhor e mais compridamente esta sua vôtade possa aver efecto em proveito do dicto Francisco de Faria, e dos dictos seus socessores, como dicto he, pera ho quall obrigarom todos seus beês moves e de rraiz, avidos e por aver. E em testemunho de verdade assi ho outorgarom e pediro m senhos estormentos.

Testemunhas que foram presêtes: Symaão de Faria, fidalgo da casa del Rey nosso senhor; e Pascoall Nunez, cavalleiro, esc(ri)pvam na Casa do Civell; e Gonçallo Denis, escudeiro, morador na dicta freguezia; e Diogo de Faria, tambem morador na dicta freguesia.

E o dicto Pascoall Nunez disse que conheçia a dicta senhora.

E eu Diogo Leitam, taballiam na dicta çidade de Lixboa e em seu termo por

ell Rey nosso senhor, que este estormento esc(re)pvi, e em elle meu pubrico signal fiz, que tal he.

Pedimdo nos ho dicto Francisco de Faria por merçee que lhe confirmasemos a dicta doaçam como nella era conteudo, e visto por nos seu requerimento, e como por certas testemunhas que dello mãdamos tirar, as quaes dizem e affirmã pollo juramento dos Sanctos Evamgelhos que, quãdo os dictos Amtã de Faria e sua molher, fizeram a dicta doaçam aho dicto Francisco de Faria, seu filho, estavam em seu proprio siso e emtemdimento, e mostravã contentamento de lha teer feta, e que as dictas casas eram forras e sem nenhuũ foro, segũdo o vimos p(e)llo aucto e diligencia que sobrello mandamos fazer, e desi por lhe fazermos graça e merçee; temos por bem e lha cõfirmamos e avemos por confirmada, asi e na maneira que se nella contem.

E assi mandamos que se cumpra e guarde inteiramente, por que assi he nossa merçee.

Dada em Lixboa a vinte e seis dias Dabril. Gaspar Roiz a fez. Anno de nosso Senhor Ihesu Cristo de mill e quinhentos e XVII ãnos.

— Torre do Tombo, Liv. 13 da Estremadura, fol. 91 v. —

Wilhelm Christian Gotthelf von Feldner

UMA PEDRA TUMULAR NO CEMITÉRIO ALEMÃO

por HEINRICH KATZENSTEIN

da Sociedade Genealógica e Heráldica «Herold» de Berlim

NA parte mais antiga do Cemitério Alemão em Lisboa, na Rua do Patrocínio, à Estrela, encontra-se uma pedra tumular, um pouco danificada, que reproduzimos, e na qual se pode ler a seguinte inscrição:

GUILELMO CHRIST. DE FELDNER
TRIBUN. MILIT. IN EXERCIT. LUSIT.
QUI VIXIT L ANN.
ET MORT EST CAL. AUGUST.
MDCCLXXII
CONIUGI CARISSIMO RELICTA VXOR
POSUIT

Foi Wilhelm Christian Gotthelf von Feldner ⁽¹⁾ um homem de ciência e engenheiro mineralogista, contemporâneo de Varnhagen e de von Eschwege. Nasceu na Alemanha, Silésia, a 6 de Setembro de 1772, na pequena povoação de Goschütz ⁽²⁾. Seu pai foi pastor luterano e pregador num palácio perto dessa povoação ⁽³⁾. Von

(1) Também se encontra o seu nome Wilhelm Christian Gotthilf ou Gottlieb ou Gottlob Feldner, e sem o «von», porém a primeira forma dever ser a mais correcta.

(2) No livro de Registo da Congregação Evangélica Alemã em Lisboa, o respectivo assento de óbito, «Livro 2, página 249», dá como sua terra natal, Milletschütz, perto de Öls. Na Silésia existe uma povoação chamada Militsch, que fica situada perto de Öls. Como o assento do Registo de Óbito foi redigido pelo pastor luterano Dr. Bellermann, a pedido da viúva de von Feldner, devemos dar mais crédito ao último nome Militsch, que dantes talvez se chamava Milletschütz. Porém em velhos Atlas que consultei, não encontrei este nome.

(3) Militsch e Goschütz ficam a menos de 20 Km. de distância uma da outra.

Feldner frequentou o Liceu em Öls, querendo estudar direito, porém a morte inesperada de seu pai, obrigou-o a abandonar essa ideia, vendo-se obrigado a aprender um ofício. Em 1790 fez-se simples mineiro, tendo subido a capataz, ao fim de dois anos. Trabalhou em várias minas da Silésia, onde colheu larga prática e sabedoria.

Quando a Legação de Portugal em Berlim novamente procurava mineiros competentes, conseguiu von Feldner, com prévia autorização da Real Repartição de Minas (Oberbergamt), no dia 21 de Setembro de 1803, um contrato de 10 anos com o Governo português. Partiu von Feldner com sua jovem mulher, Frederike Louise Johanna, no mês seguinte, de Tönning, na costa do Holstein, num veleiro, pois o rio Elbe estava bloqueado, tendo chegado a Lisboa, depois de tormentosa viagem, em fins de Novembro de 1803 (4).

Primeiramente, foi nomeado para fazer uma pesquisa mineralógica, e depois colocado à frente das minas de carvão de S. Pedro da Cova, situadas perto do Porto, como seu director. Foi nessa mina que sua mulher teve os três primeiros filhos (5).

Nos princípios de 1807 a situação política em Portugal era bastante melindrosa. Portugal estava entre o seu aliado inglês e a França napoleónica. O Príncipe Regente encontrava-se, sem saber o que fazer, em Mafra. Era então Primeiro Ministro António de Araújo e Azevedo, que mais tarde veio a ser Conde da Barca. Este ministro interessava-se muito pelas organizações industriais e principalmente pelas minas do país. As ferrarias deviam ser postas a trabalhar para o Arsenal da Marinha e Guerra, e todas as minas organizadas e dirigidas militarmente. O primeiro passo para tal fim, foi a incorporação de engenheiros alemães, como von Eschwege, na qualidade de capitão, Varnhagen, Resse, Böbert e von Feldner como tenentes, no Corpo de Artilheiros, Companhia de Mineiros.

(4) Luís de Vasconcelos e Sousa dirigiu, em 23 de Dezembro de 1803, um offício a José Bonifácio de Andrade e Silva mandando suspender os gastos com as minas de ferro e carvão e mantendo apenas as que tivessem que suporta-se com os salários dos mestres estrangeiros, entre os quais Guilherme Feldner, mineiro prussiano, recém-chegado, que o encarregado de negócios da Corte de Berlim contratou por 10 anos.

(Arquivo Histórico do Tribunal de Contas, Livro 1.º do Maço 263, página 466).

(5) 1) *Caroline Emilie Friederike*, que nasceu em S. Pedro da Cova a 1 de Abril de 1805.

2) *Anselma Louise Josephine*, que nasceu em S. Pedro da Cova a 7 de Abril de 1807.

3) *Friedrich Wilhelm Sylvius*, que nasceu em S. Pedro da Cova a 30 de Agosto de 1809. A pedido de sua mãe, estes 3 registos foram assentes no livro 2 da Congregação Evangélica Alemã em Lisboa a páginas 250. A 26 de Março de 1823 (depois da morte do pai) ainda se encontra o registo da confirmação de Caroline Emilie Friederike já realizada em Lisboa.

Estas régias nomeações datam de 7 de Junho de 1807. Em meados do ano de 1809, chegaram por acaso, aos ouvidos dos mineiros alemães, que tinha vindo do Brasil uma ordem, que a Regência em Lisboa não tinha divulgado, segundo a qual os mineiros alemães que não fossem necessários, podiam ir, caso assim o desejassem, para o Brasil. A situação em Portugal era cada vez mais incerta, e von Eschwege e Varnhagen estavam decididos a ir para o Brasil, obedecendo assim à ordem que de lá tinha vindo. Varnhagen e sua mulher partiram a 6 de Outubro de 1809, e von Eschwege a 10 de Janeiro do ano seguinte, depois de ter sido eleito sócio correspondente da Real Academia das Sciencias de Lisboa. Embarcou no transporte «D. João Magnânimo», acompanhado dos seus mais fiéis companheiros, Johann Schönewald, Mosebach e Bosen. Pensaram eles, que indo para o Brasil fariam lá grande fortuna. Von Feldner também embarcou nesse transporte com sua mulher e os três filhos nascidos em Portugal em S. Pedro da Cova. Conseguira livrar-se do seu contrato com o Governo português, porém comprometendo-se a esperar no Brasil, onde se encontrava então o Governo da Nação, uma ordem, indicando para onde deveria ir cumprir o resto do tempo do contrato que ainda faltava. A viagem foi longa e após cerca de 2 meses, chegaram ao Rio de Janeiro, onde foram muito bem recebidos pelo Príncipe Regente. Ao contrário de von Eschwege e Varnhagen, que foram logo aproveitados, von Feldner teve ainda que aguardar muito tempo no Rio, uma ocupação, sem soldo e sem exercer qualquer actividade. Sòmente depois de várias diligências em que citou a actividade com tanto êxito exercida nas minas de S. Pedro da Cova, é que foi mandado para o Rio Grande do Sul, onde procedeu a pesquisas de carvão. Demorou-se ali de Julho de 1811 até ao fim desse ano. Como recompensa pelos trabalhos ali prestados, foi promovido ao posto de capitão em 1812. No dia 11 de Agosto do mesmo ano, encontramos o capitão von Feldner num pequeno veleiro, que ia buscar casca de Sumagre a Caravellas, na companhia de outro alemão, chamado Fröhlich, fazendo uma viagem de inspecção à Comarca do Porto Seguro, na Capitania Geral da Baía. Em Porto Seguro devia von Feldner montar na propriedade do Conde da Barca, ao pé do Mercury uma máquina cortas tábuas, o que não pôde fazer por vários motivos. A 20 de Setembro volta novamente com o seu amigo e companheiro para o Rio de Janeiro, depois de uma boa viagem de seis dias. Von Feldner fez uma segunda viagem a Porto Seguro, de 21 de Junho a Dezembro de 1813, para abrir uma rua de Mercury até Minas Gerais, montar a serração noutra lugar, comprar uma propriedade e cultivá-la. Na sua companhia encontram-se desta vez um official subalterno, um indiano da tribo dos Botocudos, quatro escravos e 14 chineses, além de um marceneiro alemão chamado Cramer, e mais um alemão, cujo nome se ignora. Von Feldner não só solucionou nesta viagem os assuntos económicos que lhe haviam sido

confiados, mas também se dedicou a estudos científicos, juntando material sobre os Indianos do Machacaré e palavras da língua dos Botocudos. Em 1818 encontramos von Feldner, já major em Santa Cruz, onde instalou e dirigiu o fabrico de carvão vegetal. Sua mulher, deve ter ficado a viver no Rio de Janeiro, pois aí, teve mais cinco filhos (6).

Tinha pedido von Feldner a El-Rei D. João VI uma licença de dois anos para levar dois filhos, para a Alemanha, para ali serem educados, licença essa que El-Rei estava disposto a conceder. Porém, tinham chegado notícias da Baía, segundo as quais nesta Capitania Geral, se havia encontrado carvão de pedra, e El-Rei desejava que von Feldner fosse examinar o achado. Apesar de este técnico mineiro ter chamado a atenção para o facto de que as amostras recebidas não passavam de madeira fóssil, von Feldner teve que partir para a Baía, onde se demorou seis meses. Chegado a este porto marítimo, von Feldner instalou-se no palácio do Governador, que era então o Conde dos Arcos. A viagem de von Feldner à Alemanha não chegou desta vez a realizar-se.

No ano seguinte, em 1819, pôde então von Feldner levar a cabo a tão desejada viagem à Alemanha. Antes da partida foi recebido por El-Rei, que o promoveu a tenente-coronel e o agraciou com a Ordem de Cristo, incumbindo-o de uma honrosa missão. Foi ela a de participar ao Imperador Francisco I, em Viena de Áustria, o nascimento da Princesa D. Maria da Glória, filha dos Príncipes Reais, que nascera a 4 de Abril e que mais tarde veio a ser Rainha de Portugal. À vinda deveria von Feldner acompanhar os trabalhadores alemães que tinham sido contratados na Alemanha, para as oficinas de Ypanema, no Brasil. O Imperador da Áustria distinguiu-o com a Cruz da Ordem de Leopoldo. Na Silésia, pudera ainda abraçar sua querida mãe, que há tantos anos não via. Voltou novamente ao Brasil, na companhia dos trabalhadores alemães, tendo seguido logo para Santos e dali imediatamente para Ypanema, onde se juntou a Varnhagen e von Eschwege, para prestar serviços na fábrica de ferro de Ypanema. Regressou a

(6) 1) *Julius Carl Eduard*, que nasceu no Rio de Janeiro a 3 de Outubro de 1811.

2) *Adelheid Brasilie Sophie*, que nasceu no Rio de Janeiro a 1 de Julho de 1815.

É interessante notar o nome que foi dado a esta filha «Brasilie», em honra do país onde nascera.

3) *Leopoldine*, que nasceu no Rio de Janeiro a 1 de Março de 1818.

4) *Emanuel*, que nasceu no Rio de Janeiro a 9 de Janeiro de 1819 e que faleceu no Brasil com pouco mais de um ano.

5) *Louise*, que nasceu no Rio de Janeiro a 16 de Abril de 1820 e que também faleceu no Brasil com pouco mais de um ano.

A pedido de sua mãe, estes cinco assentos, também foram registados no Livro da Congregação Evangélica Alemã em Lisboa.



Túmulo de Wilhelm Christian Gotthelf von Feldner

Portugal no ano de 1821, acompanhado de sua numerosa família. Logo após a chegada a Lisboa, colocou-se novamente à disposição do Governo português, porém ainda teve que esperar muito tempo, mais de um ano, na absoluta incerteza do local onde seria colocado, e qual o soldo que receberia doravante.

Sòmente em 1822 foi mandado para Adiça (7), pequena povoação na margem sul do Tejo, para ali dirigir umas lavandarias de ouro, sem alguma importância e onde faleceu pouco depois, a 1 de Agosto de 1822, às 4 horas da tarde, vitimado por uma inflamação de peito, conforme consta da sua certidão de óbito (8), com 50 anos de idade, no posto de tenente-coronel do Exército Português. Quando da viagem à Alemanha, fora acometido em Berlim de uma pneumonia, da qual nunca se curara capazmente e que o veio a prostrar, de novo, para sempre.

Foi a enterrar no cemitério Alemão em Lisboa, no dia 3 de Agosto do mesmo ano, tendo sido a primeira pessoa que lá foi sepultada, pois tinha o cemitério sido inaugurado a 25 de Janeiro desse ano. Além de muitos amigos e camaradas, acompanharam-no até à sua última morada, um destacamento do Regimento de Infantaria 18.

Ao que parece, dois dos seus filhos, Friedrich Wilhelm Sylvius e Julius Carl Eduard, apesar da pouca idade, ainda foram em vida do pai, nomeados para o cargo de artilheiros, recebendo o respectivo soldo, também durante a sua educação na Alemanha, para a qual El-Rei D. João VI deu o seu expresso consentimento.

Depois da morte de von Feldner, sua mulher ainda dera à luz uma filha, Wilhelmine Cristine Amalie, que nasceu a 30 de Março de 1823, baptizada, a 20 do mês seguinte, em casa, tendo sido seus padrinhos Wilhelmine Lindenberg, esposa do Cônsul Geral das Cidades Hanseáticas em Lisboa, Adolf Friederich Lindenberg, e o então pastor luterano da Congregação Evangélica Alemã em Lisboa, Dr. Christian Friedrich Bellermann (9), conforme consta do assunto de baptismo (10).

(7) Mina que fica situada entre Almada e Sesimbra, onde se extraiu muito ouro desde o reinado de D. Sancho I até ao do D. Manuel I. Foi esta a principal mina de ouro de Portugal. No princípio do Século XIX, faltavam as remessas de ouro do Brasil e pensou-se por isso em explorar novamente esta velha mina. Tendo-se reconhecido que a sua produção cobria as despesas, iniciaram-se novas escavações em 4 de Julho de 1814. Em 1832 ainda entrou na Casa da Moeda, a fim de ser reduzido a moeda, algum ouro vindo de Adiça.

(8) Livro 2, página 250 da Congregação Evangélica Alemã em Lisboa.

(9) Mais tarde pastor luterano da Congregação Evangélica de S. Paulo, em Berlim, e autor de um interessante trabalho «Die alten Liederbücher der Portugisen» — «Os velhos livros de Cânticos dos Portugueses»; ou melhor «Subsídio para a história da Poesia Portuguesa do Século 13 até ao começo do Século 16», publicado em Berlim, Ferdinand Dümmler 1840.

(10) Livro 2, página 60 da Congregação Evangélica Alemã em Lisboa.

A viúva e os sete filhos ficaram na maior miséria. Todos os esforços para obter do Governo português os soldos em atraso e a pensão a que tinham direito, foram em vão. Sòmente depois de implantado o novo Governo em Portugal, é que, graças aos bons officios do coronel von Eschwege, do Cônsul Geral das Cidades Hanseáticas em Lisboa, Adolf Friedrich Lindenberg e do Pastor luterano Dr. Bel-lermann, a viúva adquiriu os seus direitos e voltou para a sua terra natal.

Segundo papéis deixados por von Feldner, foi publicado em 1828 em Liegnitz (Alemanha) uma descrição das suas viagens e trabalhos no Brasil.

De sua família, nunca mais se soube coisa alguma em Portugal, ignorando-se se, na Alemanha, ainda vivem descendentes deste homem, que em terras estranhas tão pouco foi protegido pela sorte.

BAILES NA CORTE DE D. MANUEL I

Palestra de Mário Costa, proferida
na sede deste Grupo, em 12 de Abril
de 1951.

MINHAS SENHORAS
MEUS SENHORES
ILUSTRES CONSÓCIOS:

NOMEAR a corte de D. Manuel I, o mesmo é que evocar os tempos magnificentes dessa época de grandeza, a Índia lendária, as pedras preciosas, o ouro, as sedas, os brocados que de tão longe vinham, a Casa da Mina a abarrotar de especiarias, e, mais do que tudo isso, a gigantesca figura do grande nauta Vasco da Gama.

D. Manuel, a quem a História cognominou o «Venturoso», sucedeu a seu cunhado e primo, D. João II, em cujo reinado teve início a época de grandiosidades e se fizeram descobertas de tomo.

O novo rei recebeu o ceptro e a coroa no estado de solteiro, vindo a casar com sua sobrinha, a princesa D. Isabel, viúva do malogrado príncipe D. Afonso, filho de D. João II, vítima de trágico acidente na Ribeira de Santarém.

Três vezes se consorciou o rei D. Manuel e de tais matrimónios houve 13 filhos. A 10 de Julho de 1499, quando ainda durava o primeiro luto, teve conhecimento do grande feito cometido por Vasco da Gama: a descoberta do caminho marítimo para a Índia.

Estava o rei em Sintra, quando junto dele se aproximou um alvisareiro, que vinha de Cascais, em corrida louca, dando notícia da próxima chegada do nauta vencedor dos mares desconhecidos.

Aquele que tinha nas suas mãos o destino de Portugal marchou prestes para Lisboa, e aqui, debruçado na varanda da Casa da Mina, perscruta o horizonte, olha ofegante para os lados da barra, na ânsia de distinguir o vulto que lhe havia de confirmar a grande nova.

Chegou finalmente o almejado dia. Foi a 29 de Agosto do ano de 1499 (segundo afirma Damião de Góis) a 13 de Outubro (ficou escrito por Gaspar Correia), ou a 9 de Setembro (no dizer de outros historiadores), que resplandeceram novamente, ao sol desta encantada e decantada Lisboa, as velas da reduzida e pacífica esquadra do grande navegador, que havia partido da praia do Restelo, a 8 de Julho de 1497.

O rei não cabia em si de contente, numa ansiedade e num entontecimento loucos.

Eis que entram dois galeões. Vêm acompanhados por grande número de caravelas, que se tinham feito ao mar, em busca das naus vitoriosas. Os marinheiros, que dão as boas-vindas, todos à uma, soltam ininterruptamente brados de aclamação aos arrojados camaradas que regressavam cobertos de glória.

Foi apoteótica a chegada do grande navegador. O povo, na Ribeira das Naus, em atitude frenética, vitoriava o herói; as palmas e os vivas esturgiam com toda a alma, dos clarins saíam notas estridentes, em tom de festa; os sinos repicavam continuamente.

Efectuado o desembarque, por entre manifestações delirantes, o cortejo tomou o caminho da Alcáçova. Cavalgando os melhores animais, bem ajaezados, seguiam à frente El-Rei e Vasco da Gama, este à direita, e por todas as ruas do percurso se ouviam palmas e vivas entusiásticos, expressão sincera e delirante da massa anónima das ruas, que assim se associava ao contentamento do seu rei e senhor.

A partir desse dia, o bravo marinheiro, como os fidalgos de raça, podia anteceder o seu nome, já ilustre, do honorífico *Dom*, e passava a usar o título de Conde da Vidigueira.

D. Manuel, que já era *Rei de Portugal e dos Algarves, daquem e dalém Mar em África e Senhor da Guiné*, em fins de 1500 adiciona a esse honroso título novos qualificativos: *Senhor da Conquista, Navegação e Comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia*.

Entretanto, em Dezembro de 1505, D. Manuel inaugura o seu novo Paço, o da Ribeira, também chamado *Paço da Casa da Mina*.

Pomposo na sua traça primitiva, foram-no tornando maior e mais espaventoso nos sucessivos reinados. O Rei «Magnânimo» foi dos que mais se preocupou com essa residência paçã. E, tanto assim que, na comparação feliz do nosso Castilho, transformou-a «numa espécie de Queluz à beira do Tejo». Seu filho, o «Reformador», também possuidor de vistas largas, dotou o mesmo paço «com um teatro riquíssimo» (1).

Eram inúmeras as preciosidades aí existentes à data do grande

(1) *A Ribeira de Lisboa*, vol. III, pág. 166.

sismo de 1755 e que totalmente desapareceram. Distinguiam-se entre todas, pelo seu valor incalculável, os panos de armar, colgaduras ou tapeçarias que revestiam as paredes de treze salas, três saletas, duas galerias, uma varanda, um corredor e duas escadas. Tudo era retirado no Verão, assim como os tapetes persas que cobriam todos os pisos, sendo esses substituídos por alcatifas de coiro aragonês e juncos verdes de Alcácer do Sal.

A todo esse recheio, que foi nosso e que a má sorte nos fez perder, se referiu, com pormenores, Júlio de Castilho, em *Lisboa Antiga e A Ribeira de Lisboa*; e, mais largamente, um autor espanhol, D. Diego Enriques de Vilhegas, no seu valioso estudo intitulado *Pyramide Natalicio e Baptismal*, sobre o qual bordaram interessantes considerações os ilustres olisipógrafos Luís Pastor de Macedo, em preciosas notas ao segundo dos citados trabalhos do grande Mestre, e Gustavo de Matos Sequeira, em *Tempo passado*.

O novo paço fora mandado edificar juntinho ao Tejo, na vizinhança da Ribeira das Naus, onde se construíam as mensageiras do nome de Portugal, destinadas a visitar as mais distantes paragens, dadas a conhecer ao mundo, pelos Portugueses.

Parece não restarem dúvidas de que os primeiros aterros — começados no Terreiro do Paço — foram mandados fazer por D. Manuel. E também se considera provado que data desse tempo a expressão nada académica, *mandar bugiar* — que deriva de *bugio*, nome dado a um engenho, também chamada *macaco*, que se empregava nos trabalhos de aterros, executados por gente de baixa condição. Sabe-se que essa expressão ainda hoje se aplica em gíria popular, e sempre no sentido depreciativo para a pessoa a quem é dirigido.

O rei, pensando em tudo, não esqueceu o pormenor de mandar prover as naus de violas e adufes, para que os marinheiros, tão rudemente habituados às lides do mar e ao embalar das suas ondas, fossem tocados, no íntimo das suas almas, dum elevado inebriamento, produzido pelo som nostálgico da música e da canção.

Talvez a essa iniciativa de D. Manuel se deva a origem da chamada Canção Nacional, que nos últimos tempos voltou a subir aos salões, pois, como se sabe, e João Pinto de Carvalho o proclamou, «o fado nasceu a bordo, aos ritmos infinitos do mar, nas convulsões dessa alma do mundo, na embriaguez murmurante dessa eternidade da água» (2). E, tanto assim é que, a primeira dessas músicas, recebeu o nome de *Fado do marinheiro*. Aos homens do mar, com a sua inclinação para a poesia, nunca se tornou difícil ligar à música a letra

(2) *História do fado*, pág. 24.

apropriada, cantando umas vezes a imensidade dos oceanos, outras a nostalgia do seu viver e os amores que tinham deixado em longes terras.



Os anos decorreram após anos e o turbilhão de riquezas parece multiplicar-se. Não foi inapropriadamente que os cronistas escreveram que D. Manuel «fez nadar em oiro o reino e quase choveu em Portugal pérolas e diamantes».

De antigos mares ignotos, regressam ao Tejo, de tempos a tempos, naus e caravelas de panos enfunados, com os emblemas de Cristo resplandecentes e a bandeira lusitana drapejando à ré. Fundeiam em frente do bordejante paço, para o qual transportam grande parte dos valiosos carregamentos. São tapetes, xarões, sedas, brocados, linhos, louças, móveis de madeiras raras e bem trabalhadas, oiro, marfim, pérolas, diamantes e mais pedras preciosas.

Os tesouros que já são demais no recém-estreado Paço da Ribeira, com os salões sumptuosamente guarnecidos de ricas tapeçarias, grandioso mobiliário e valiosas porcelanas, seguem para Casas Fidalgas dos grandes da Corte.

Mas nem só essas preciosidades representam riqueza e utilidade. Também chegam e seguem para a Casa da Alfândega a cânfora, o cravo, as nozes, o âmbar, o almíscar, o sândalo, a canela, a pimenta e a gengivre, que vão comerciar-se no país e se exportam para nações estrangeiras.

Lisboa é então o empório do mundo! E as terras do desconhecido são a tentação dos novos e dos aventureiros!

El-Rei D. Manuel rejubila! Sente que uma era nova irradia! A Nação Lusitana é o fulcro da cobiça e das atenções do mundo!

Ostenteia-se o luxo. A Família Real e os seus cortesãos vestem-se de sedas e brocados. Ao lado do nome de Vasco da Gama, citam-se os doutros grandes navegadores e exploradores, como Pedro Álvares Cabral, Afonso e Francisco de Albuquerque, Gaspar e Miguel Corte Real, D. Francisco de Almeida, João da Nova, Tristão da Cunha, Bartolomeu Dias, Rui Pereira Coutinho, Diogo de Azambuja, Fernão de Magalhães, Rui da Cunha, Pedro de Mascarenhas, D. Duarte de Meneses, Duarte Pacheco Pereira, Lopo Soares de Albergaria e tantos outros; nas ciências exactas impõe-se o nome de Pedro Nunes, entre os poetas revelam-se Bernardim Ribeiro e Sá de Miranda; no meio dos cronistas destaca-se Garcia de Resende.

Depois e sempre, Portugal vive. Ora dias de glória, ora dias de angústia.

Mas nem as grandes e inúmeras vicissitudes por que tem passado, nem os sessenta anos de domínio espanhol, conseguiram riscar do mapa e negar independência a este glorioso rincão, que parece ter sido formado para grandes destinos.



Os bailes na Corte datam do reinado de D. João I. Foi este soberano que os instituiu, por ocasião do seu casamento com D. Filipa de Lencastre, efectuado com grande pompa na cidade do Porto, no ano de 1387.

Antes disso, para recreio de el-rei e dos seus cortesãos, nos paços reais, em dias de festas solenes, apenas se viam dançando os moiros e moiras que para tal eram designados.

Na frase lapidar do Conde de Vila Franca, o século XV, aquele em que teve ponto de partida a época de que nos estamos a ocupar, foi considerado «o século da dança» (3). E, na vigência de D. Manuel — é Alberto Pimentel quem no-lo vem dizer — marcou-se «o período áureo da vida galante em Portugal» (4). Aos divertimentos desse tempo dá ainda Garcia de Resende o seu testemunho, nestes dois versos:

Ria-se e chalaceava-se
Havia músicas e danças.

Então, os nobres do paço, não primando essencialmente pelas justas e torneios, nem pelos jogos de cana, dedicavam-se em especial a atirar à espada e à aprendizagem dos mais complicados passos de dança, procurando mestres de categoria, que já existiam nesse tempo. Dum sabemos nós — Gaspar Gonçalves, irmão de Lucrecia Gonçalves, que foi amada por Bernardim Ribeiro — que, em paga dos serviços que prestou ao seu rei, foi nomeado Mestre de dança das Damas da Corte. É que, bailar bem, era já uma *prenda* muito recomendável...

No tempo do Mestre de Avis, como nos reinados de D. Duarte e de D. Afonso V, só as damas dançavam com as damas. Alberto Pimentel, atento nos nossos usos e costumes, applicou, a propósito, esta inofensiva diatribe: «Não se tinha ainda atingido o que a dança tem de melhor: a promiscuidade dos sexos» (4).

(3) *D. João II*, drama, prólogo, pág. XI.

(4) *A Dança em Portugal*, pág. 6.

Não admira que assim se processe ainda na Idade Média e no alvorecer da Renascença, sabendo-se que, muito mais tarde, quando reinava D. Maria I, se proibiu a exibição pública de bailados por artistas do sexo feminino. Uma tal determinação, no declinar do século XVIII, obrigou os frequentadores de teatros a tolerar em cena bailarinos barbudos, de *toilettes* farfalhudas, desempenhando os *papéis* que competiriam a mulheres.

Nos banquetes, antes de D. João I, as damas também não se juntavam com os cavalheiros. As filhas de Eva tomavam lugar em mesas à parte ou banquetevam-se depois do rei e seus convidados terem terminado o repasto. Às meninas solteiras, era completamente vedado intervirem em tais festas.

Esse antigo uso, porém, foi reimplantado por D. Manuel e durou até D. Sebastião.

Durante a Idade Média, alguns banquetes foram servidos a cavalo, e do seu cerimonial, que em alguns casos atingia grande espavento, dá-nos o Conde de Vila Franca o seguinte pormenor:

«Cada serviço era nos paços de reis e príncipes composto de muitas iguarias, e ao som de estridentes músicas trazido à sala com a máxima solenidade. Vinham diante os trombetas, atabales e o corpo dos menestrelis. Em seguida, porteiros com suas maças de prata. Logo os passavantes, arautos e reis de armas envergando as cotas bordadas com as armas do Reino. Após estes os pagens e escudeiros. Os altos funcionários da casa (oficiais-mores) descobertos todos afora o mordomo-mor. Seguiam dois renques de moços da câmara levando em copas descomunais as iguarias mais descomunais ainda em formas e quantidades.

«Chegados ao alto da quadra, e feitas aos príncipes as medidas do estilo, dividiam-se os servidores em turmas aproximando-se às respectivas mesas, e os que a estas especialmente assistiam apresentavam as iguarias. A mesma solenidade, que assaz longa era, guardava cada coberta que à sala vinha.

«Posteriormente foi uso trazerem aqueles serviços em carros artisticamente invencionados» (5).

E porque se chamou banquete a esses pantagruélicos festins?

Porque eram bancos os assentos destinados aos convivas, por mais elevada que fosse a sua categoria. Esses móveis colocavam-se junto e à volta das paredes, com as grandes mesas na sua frente, que só dum lado eram ocupadas, ficando a parte central livre para os criados desempenharem as suas funções.

(5) *D. João I e a Aliança Inglesa*, pág. 155.

Os saraus da corte, sempre rotulados de opulência, como exigiam os tempos de tão grande e real senhor, tornaram-se divertidos pela variedade dos espectáculos. No dizer do Conde de Sabugosa, esses saraus ou serões «ecoaram nos centros cultos da Europa e deixaram na História a luminosa esteira, que ainda hoje tanto nos seduz» (6).

Os *momos e entremezes* — então rodeados de maior fausto — já vinham de reinados anteriores, consentindo D. Manuel que nos últimos — os entremezes — figurassem acrobatas e ginastas. As *cortes de amor* — a que o Conde de Vila Franca chamou *tribunais galantes* e que D. João II tinha acolhido com entusiasmo — continuaram a ser pasatempos preferidos. A elas acorrem os mais distintos poetas e gentilíssimas damas. Bernardim Ribeiro, classificado por Teófilo Braga «o maior lírico português», e Sá de Miranda, «o renovador do nosso Lirismo», sobressaem entre todos, fazendo boa companhia com D. Luís da Silveira, futuro Conde de Sortelha, valido e amigo íntimo do príncipe-herdeiro D. João. Este, depois de rei, nomeou esse gentil-homem seu embaixador a Castela, para negociar o casamento com D. Catarina. D. Leonor de Mascarenhas e D. Isabel Freire — as damas que mais inspiravam os poetas e as mesmas que acompanharam a infanta D. Isabel, na comitiva real até junto de Carlos V, de Castela —, meditavam lânguidamente nos motes a lançar aos trovadores, e o escolhido auditório aguarda ansioso as almejadas glosas, que afinal são recitadas com donaire e escutadas com enleio.

O *jogo dos naipes* — uma trova escrita em cada carta, tirada à sorte — só um poeta o podia inventar. Foi Garcia de Resende que levou essa distracção para o Paço da Ribeira.

D. Manuel, a quem também chamaram o «Afortunado», era apreciador de boa música. Tinha duas orquestras, a de músicas mouriscas e a de música elevada, compondo-se esta dos melhores cantores e tangedores, que executavam as músicas em voga na Flandres e na Itália.

Nos banquetes, em dias de gala, havia concerto de capela e de câmara; aos domingos e dias santos, o jantar e a ceia eram acompanhados por música de charamelas, sacabuxas, cornetas, harpas, tambores e rabecas; nas tardes de Verão, aos domingos e dias santificados, D. Manuel, quando seguia pelo Tejo em fora, a bordo do airoso batel, recoberto de tapeçarias e ricamente ornamentado, e se dirigia à praia de Santos-o-Velho, em cujo paço, espriando a vista pelo formoso horizonte, tomava a sua merenda, não dispensava um pequeno concerto; e enquanto dava despacho, quando ia para caçadas, à hora da sesta e até à noite, ao deitar-se, os instrumentistas tinham que fazer, tocando charamelas e sacabuxas.

(6) *Donas de tempos idos*, 4.ª ed., pág. 98.

Em dias solenes, depois da sesta, D. Manuel passeava a cavallo. Ia com os seus camaristas até à Carreira dos Cavalos (onde hoje é a Rua de Gomes Freire), ponto de reunião da fidalguia, grandes apreciadores da *Arte de cavalgar toda a sela* e fiéis continuadores das tradições da nobre cavalaria portuguesa.

O nosso rei «Venturoso», na frase certa de Júlio de Castilho, «fazia da mesa passatempo agradável e até instrutivo». Sobre a alva toalha de linho, viam-se alfaias de valor e as refeições eram servidas com a pragmática do tempo. Contudo, segundo parece, nem sempre se usou o talher completo.

Oito a dez moços da câmara — entre os 14 e 20 anos idade — ocupavam-se em servir o senhor Rei que, apesar de desembaraçado no comer, entretinha conversa com os convidados que sempre tinha à mesa. Nunca faltavam homens de letras e da navegação, alguns de países estrangeiros. Apreciava muito comer em público, especialmente a consoada da noite de Natal.

Em geral, aos domingos e dias santos, havia serão de gala. Então, o rei, as infantas, as damas e os jovens galantes dançavam até tarde. Muitas vezes, durante o jantar ou à ceia, os moços-fidalgos dançavam na presença do rei e ao som de alaúdes e pandeiros.

Das três esposas de D. Manuel, foi a última, D. Leonor de Austria, a ex-prometida do príncipe-herdeiro, que fez maior sensação entre nós. O embaixador Pero Correia, quando se desempenhava da missão de negociador desse casamento, na carta que escreveu ao Rei, exaltava as qualidades da noiva e punha-a assim em destaque: «he grande dançadeira, e folgua de o fazer».

Deste consórcio nasceu a 8 de Junho de 1521, no Paço da Ribeira, a virtuosa e erudita infanta D. Maria, aquela a quem se deveram tantas obras de filantropia e de quem se diz ter feito brotar o amor no coração de Camões.

O sucessor da Coroa, o príncipe D. João, nasceu do segundo casamento, com D. Maria de Castela.

Esse régio nascimento, ocorrido a 6 de Junho de 1502, no Paço da Alcáçova, coincidiu com um transcendente acontecimento, que ficou marcando nas letras e na dramaturgia e deu ao teatro português a sua pedra basilar.

Contemos a história: Mantinha-se a Rainha há dois dias no leito de parturiense, quando da sua presença, da do Rei e seus validos, se acercou Mestre Gil Vicente, disposto a representar o seu primeiro trabalho literário e dramático, o *Auto da Visitação*.

A cena foi a um tempo ingénua e sentimental. Dela fez Júlio de

Castilho (7) uma curiosa descrição, referindo-se ao luxo da alcova e às pessoas que assistiram. Além de El-Rei D. Manuel, estavam a infanta D. Beatriz, sua mãe, a duquesa de Bragança e alguns dos grandes da Corte.

Gil Vicente, trajando rigorosamente como os saloios do termo, dançou com desenvoltura e desempenhou com graça o seu monólogo, escrito em castelhano. Sorrisos e outras expressões de contentamento denunciavam os rostos de todos os presentes.

Entraram depois outros pastores, representando, com os seus trajos e caracterizações, algumas personagens da corte, e oferecendo presentes ao menino: leite, queijadas, ovos, queijos e mel.

Gil Vicente continua a animar a corte com as suas produções literárias. Quando se estreia o novo Paço da Ribeira, representa *Quem tem farelos...*; e, ora hoje, ora amanhã, assiste-se à representação do *Auto da Alma*, do *Auto da Fama*, *Exortação à Guerra*, *O velho da horta*, *A Comédia do Viúvo*, *Auto da barca do Inferno*, *Auto pastoril português*, *Nau de amores* e *Cortes de Júpiter*.



As pestes que atormentam a capital fazem que a Corte, bastas vezes, se afaste daqui, pondo assim uma solução de continuidade nos prazeres a que a mesma já se habituara. Por isso mesmo, nem só os Paços de Alcáçova e da Ribeira serviram de berço aos filhos de D. Manuel. Também os de Almeirim, Évora e Abrantes viram nascer alguns dos 13 rebentos do irmão do Duque de Viseu, a quem o sanguinolento D. João II tirou a vida, fazendo-o pagar caro o preço da traição.

D. Manuel habitou igualmente, por algumas vezes, o Paço de Santos-o-Velho, onde a 25 de Fevereiro de 1514 recebeu o embaixador do Preste João.

Nesse mesmo ano saiu de Lisboa a luzida embaixada de Tristão da Cunha ao Papa Leão X. O numerosíssimo séquito, composto de 140 pessoas, acompanhado por charamelas e trombetas, foi portador de riquíssimos presentes. Chegou à presença do Chefe da Igreja Católica a 12 de Março, passando por alas compactas de numerosa multidão que pasmava de tanta fantasmagoria.

Diz Damião de Góis: «era tanta a gente, que além da que estava pelas janelas, & sobre telhados, senão podia passar pelas ruas, senão a força de Alcaides & outros oficiais de justiça» (8).

(7) *Lisboa Antiga*, vol. IV, pág. 75.

(8) *Crónica de el-rei D. Manuel*, parte III, Cap. LV.

Entre as valiosíssimas lembranças ofertadas, produziam invulgar sensação dois animais exóticos (um elefante e uma onça de caça) com que D. Manuel quis simbolizar a opulência do seu Reino e a nossa hegemonia sobre o oriente.

O elefante — conta ainda Damião de Góis — ao passar perante o Papa, «fazendo sua reverência três vezes, tomou água na tromba de huma grande dorna, que pera isso ali estava cheia, & a lançou tão alta, que passando acima da janela onde o Papa estava, foi dar nas outras em que per três vezes borrifou muitos Cardeais, & outras pessoas de calidade que nelas estavam, & voltando-se pera o povo que o tinha cercado fez o mesmo, tanto a sua vontade que saíram dali os mais bem molhados. Acabadas estas, e outras cousas que o índio, que o governava, lhe dizia que fizesse, fez sua reverência, & passou adiante, sem o Papa nunca tirar os olhos dele até desaparecer» (9).

Por esse tempo eram frequentes os passeios de D. Manuel pela cidade, fazendo-se preceder daqueles e outros animais e acompanhar por tocadores de atabales e charamelas. Damião de Góis, que foi um dos pagens do «Venturoso», descreve esses cortejos em que, além dum belo exemplar de cavalo persa e da onça de caça, chegaram a ver-se nada menos de cinco elefantes, acompanhados de cornacas vestidos de cores garridas e um rinoceronte levado à trela por um criado índio. Depois aparecia o rei, ataviado de vistosa indumentária, talhada de ricos tecidos asiáticos e montado em possante cavalo, bem ajaezado, seguindo-se a comitiva, com trajos de cores variadas.

Esse espectáculo servia de gáudio à população, que ainda não se mostrava bem compenetrada do valor do nosso país como potência colonial!

D. Manuel teve a fantasia de, certa vez, pôr frente a frente, em luta feroz, um rinoceronte e um elefante. Dizia-se que estes animais eram inconciliáveis e o soberano quis certificar-se.

Decorria o ano de 1517. O pátio da Casa da Índia transforma-se em arena de grande circo. A assistência é numerosa. Digladiam-se os dois irracionais, e o elefante, sustentados os primeiros ataques, contra a expectativa geral, acaba por abandonar a luta. Quebra e torce o gradeamento duma das janelas do pátio e sai espavorido a caminho do Paço dos Estaus, em cujo jardim tem a sua guarida habitual.

Foi o rinoceronte, como não podia deixar de ser, proclamado vencedor, por deserção do antagonista. Nem outra coisa seria de esperar, se tivermos em conta as poderosas armas com que a Natureza continua a dotar o primeiro...

(Continua no próximo número)

(9) *Crónica de el-rei D. Manuel*, parte III, Cap. LV.

Viela da Madragoa

por CASSILDA CELSO

VIELA cinzenta e estreita,
em cuja poesia rude
se espelha Lisboa antiga...

Viela que o Sol respeita.
Viela que o mar ilude,
com sua imortal cantiga...

Pequena, (quem te descobre?)
és pobre viela fria,
despida de casas novas.
Bem rica, porém, de pobre
e rica dessa alegria
que é verso das tuas trovas!

Viela de cor cinzenta,
tu tens, em ti, ressonâncias
de bravas e mansas ondas!...

Tu tens um mar de tormenta
no mundo das tuas ânsias:
viela, que não mo escondas!

Pequena viela estreita,
tu cheiras à maresia
do mar que te não desfita...

És feia... mas não te engeita
teu noivo — o Sol da Alegria,
que quase te faz bonita!

Tu cheiras ao alecrim
que queimas no S. João!
e em ti, oh viela feia,
há tantos e tais encantos,

que trago escondida em mim,
num canto do coração,
a graça que serpenteia
pla sombra dos teus recantos!...

S. CARLOS

FIM DO SÉCULO

III — A SURPRESA DE WAGNER

por SIDÓNIO MIGUEL

(Conclusão)

Da verosimilhança interior possui ele todos os meios que a tornam tão perfeita quanto possível pelo partido que tira da orquestra e das vozes; a verosimilhança exterior obtém-na pelos novos meios de execução correspondentes aos empregados para a verosimilhança interior; daí as suas invenções na sala e sobre a cena.

— «A influência de Wagner em França?

— «É exercida sobre os compositores e sobre o público. Os compositores sofreram-na tanto quanto quiseram, quer exagerando as tendências wagnerianas, quer ficando-se em limites mais estreitos. Uns procuraram compreender o espírito das obras do Mestre; outros limitaram-se a imitar servilmente os processos empregados por ele: são estes os impotentes, e o processo do *leit-motiv*, por exemplo, cujo sistema não nos convence em absoluto, mas que muitas vezes tem beleza em Wagner, será sempre para eles uma pobreza. Falta-lhes, para fazerem dele bom uso, o que não pode imitar-se: a posse em grau mínimo das qualidades possuídas em grau máximo pelo fundador.

«Quanto ao público, seria pueril negar a influência produzida sobre ele pelas obras de Wagner. Esta impressão é profunda e os públicos continuarão a acorrer à audição das suas obras? — Sim, para um número limitado de representações. Não, para muitas.

Excepção feita para uma minoria de amadores de boa-fé, a admiração ilimitada que elas provocam é passageira, como todas as admirações exageradas. O gosto francês pelas obras wagnerianas é uma moda e provém do snobismo. Os franceses, para quem a clareza e a medida serão por muito tempo um *sine qua non* de prazer intelectual, não podem submeter-se sem grande perturbação a tensões de espírito tão prolongadas como as exigidas pela audição das obras wagnerianas. São frequentemente precisas duas horas de música para pôr em vi-

bração o sistema nervoso dum filho da Albion; em tal categoria de espectadores, a mais numerosa em Bayreuth, a música de Wagner opera curas maravilhosas. O alemão, mais idealista, não aprecia a música pelo efeito que ela pode produzir sobre o seu sistema nervoso, mas gosta de pensar com ela, tal como à beira-mar ou no meio duma floresta se deixa caminhar deliciosamente durante horas, a surpreender as mil vozes da Natureza.

«O latino, quando é músico ou atraído pela música, entra em vibração desde as primeiras notas, se elas lhe despertam o interesse. Daí a sua incapacidade para se entregar, como prazer habitual, à audição de obras que pedem quatro e cinco horas duma atenção muito firme».

Até aqui Vítor Maurel, de cujas opiniões me lembrei quando estava a preparar esta palestra sobre coisas das quais Maurel falava em tal tempo em que nós começávamos a ouvir Wagner. O que ele disse pensavam-no muitos entre nós. Deixaram de o pensar, quando a neblina se aproximou, nos invadiu, nos dominou, cegou para outras miragens que não fossem as do céu de Bayreuth.

Também entre nós levantou um pouco, tanto mais que na sala setecentista de S. Carlos e num palco que lhe está adjacente, na formação dum conjunto, acústica e artisticamente fadado para os divos e para as divas da ópera italiana, jamais o «dilettante» português teve a possibilidade de ali sentir a verosimilhança exterior de Wagner, a despeito do mesmo número de horas do seu mergulho na melodia infinita de encanastrados temas, que lhes cantou paixões e vicissitudes, não libertas da garra da Fatalidade.

Hoje, libertos desse encantamento, creio que voltamos a pensar um tanto como Maurel. A obra de Wagner, grande, única na história do teatro lírico ou da música dramática de todos os tempos, continua estranha à nossa sensibilidade de latinos, embora a compreendamos melhor que os nossos pais ou avós de há quarenta anos. Daí o facto, que já não faz erguer Wagner do seu último chão em Bayreuth, porque é episódio, não apenas nosso, mas de todos os países: Os públicos recolhem-lhe, apenas, quando não sacrificarem a snobismos, uns tantos trechos sinfónicos seus favoritos, com negação portanto dos princípios orgulhosos duma síntese de artes que pretendeu ser universal, mas ficou meramente alemã e muito pessoal. Não se salvou do olvido nenhum dos que servilmente o imitaram. O mundo, o futuro, não pediu imitação, pediu reacção e só lhe aceitou, na obra doutros, o espírito que, por exemplo, Verdi tão maravilhosamente compreendeu, ao colaborar com Arrigo Boito no grande modelo de tragédia lírica que ficou o *Otello*, no grande modelo de comédia lírica que ficou o *Falstaff*.



Ao fim destas três longas e inúteis palestras, sem as quais o giro destas coisas caminhava como tem caminhado, receio ter dado a impressão de que vim aqui para fazer a apologia incondicional da obra de Verdi, para deitar água benta sobre a dos seus sucessores e para reservar a minha pontinha de crítica malévola para Wagner.

De facto, nunca fui wagneriano, mas ainda menos anti-wagneriano. Fui sempre o que hoje sou: admirador convicto do génio de Ricardo Wagner, sem perda todavia do direito que me arrego, a despeito de toda a minha admiração por uma obra sem fácil paralelo em toda a história da Arte: — o direito de pensar que, com o seu sistema cerrado duma reforma da ópera num sentido definitivo, designadamente com a sua melodia infinita, o seu encanastrado de *Leit-Motiven*, a verdade é que poucos anos bastaram para desmentir tal arte do futuro e para dar foro de verdade à afirmação, que pode ler-se em Coeuroy, de que «a antiga concepção de ópera, grande ópera ou drama wagneriano, não corresponde já à estética musical».

Actualmente — diz ainda Coeuroy — a música sente dentro dela a sua razão de ser; se se aliar a outras artes, não será certamente para ser a sua escrava... Estão VV. Ex.^{as} vendo onde veio parar a pretensa teoria da associação das artes buscada pelos florentinos e por Wagner. E Coeuroy fecha, impiedoso: «Para um compositor moderno a fórmula de arte integral wagneriana não tem sentido».

Por uma flagrante ironia do destino e do nome das coisas, parece até que Ricardo Wagner, o glorioso triunfador dum sonho de arte, o maior que jamais um homem acalentou e realizou, acabou por ficar um glorioso «raté» — um glorioso falhado. A sua obra poderosa fechou afinal um período, não abriu outro. De toda ela, nascida para associação integral das diversas belas artes, salvar-se-á a música duns tantos lugares favoritos.

Dirão VV. Ex.^{as} que estou desvairando ou buscando mistificar quem me ouve e quer acreditar, porquanto é notória a influência que exerceu em todos os músicos contemporâneos e sucessores, alemães e não alemães, no próprio Verdi das últimas obras.

Essa influência, todavia — esse espírito, de que falou Maurel — não era coisa que bastasse à sua ambição — antes proclama a falência do sistema, embora dele subsista uma parte. A melodia infinita não era aliás invenção de Wagner; vinha de longe o *Leit-Motiv*, parece que dos próprios ensaios da ópera florentina, pelo menos e muito pròximamente, das óperas de Weber, a quem muito deveu; e a riqueza progressiva da sua paleta orquestral, se tècnicamente sobrelevou a de Berlioz e a de Meyerbeer, chega hoje a parecer ingénua perante a dos seus sucessores, aliás desbancados nas suas «trouvailles» de ritmos

e de timbres pelo *jazz* e pelas musiquetas dos filmes dos desenhos animados. Há que varrer de todo essa opinião, que Maurel já ouvia em França no seu tempo, e nós ouvíamos há quarenta anos, de que o valor da personalidade do autor do *Tristão* esteve na sua superior ciência musical.

Porque esta falência da ópera, da grande ópera, do drama wagneriano, cujos cânones, tão bem fundados, tão genialmente elaborados, pareciam assegurar-lhe uma vitalidade perene?

Porque a música hoje está vazia de conteúdo, nua de toda a veste humana e não tem nem quer coração. Quer ser arte directa, rápida, à qual todo o estilo parece convenção, toda a expansão parece retórica; vinga-se em mais parecer arte de pugilista, de corredor de pista, de funâmbulo, de pirotécnico, em terreno que foi outrora o duma arquitectura sonora, duma linguagem, duma pintura com toda a sua plasticidade e sentido, sob o signo da expressão da sugestão dos grandes sentimentos. Tinham estes degenerado na *sensiblerie*, na lamechice, no delico-doce, no açucarado? É possível, mas como castigo fizemos como certos pais mal humorados com a algazarra dos filhos por causa dos brinquedos: atirámos com os brinquedos à rua... Desde que assim é, que vem fazer a um poema ou drama uma lambuzadela de música que faz da palavra uma salmódia inorgânica, um recitativo falseado, um moer monossilábico dum texto ou pseudo-texto, mera criação de ambientes, de paraísos artificiais, sacudidos por copiados ritmos da arte negra ou amarela, num abismo escancarado de impotência plástica, de vesânia, de desorientação? — Nada.

Mas a ópera é coisa do passado, objectam. É, não há dúvida. Mas evolucionou desde os homens do cenáculo florentino aos de Veneza, aos de Roma, aos de Nápoles, Gluck, a Rossini, a Meyerbeer, a Wagner, ao último Verdi — este Verdi que só por si é um capítulo da evolução da ópera.

E devo dizer que se a ópera, ou mais pròpriamente o drama lírico, ainda tem possibilidade de vida, esta me parece mais ligada por uma robusta ascendência aos dois últimos modelos de Verdi, pela elasticidade humana na sua fórmula que manda aprender o domínio técnico da arte e deixar falar o coração, como música que se casa à poesia, para a informar, para a exaltar, para a esmaltar, como conúbio, exaltação, esmalte duma palavra humana que quer ter a ambrosia dos deuses, sem preocupações de sínteses que a sensibilidade humana difficilmente abarca com a sua limitada capacidade.

Assim eu vejo — mais que no *Tristão* ou no *Parsifal* — no *Otello*, de Verdi, o modelo do perene drama lírico, enriquecido na mímica e na orgânica e sonora articulação das vozes humanas por uma orquestra adequada, criadora de ambiente para cantores e para público, plasmada, orientada, unificada pelo emprego grato, oportuno, de dois ou

três fios condutores, sàbiamente entretecida e sucessivamente renovada no desabrochar e no desenvolver ecléctico de temas, que dão aqui uma imitação, ali uma quase fuga, uma quase romanza, acolá uma pincelada ténue ou barulhenta, num todo e imperativo afirmar de humanidade das emoções e dos sentimentos.

Mas Verdi fechou a sua carreira com outro modelo — o da comédia lírica — o *Falstaff*, que S. Carlos não soube ouvir há cinquenta anos.

O nosso público de hoje tem-no visto, compreende-o melhor, mas precisava de ter na mão a obra-prima, que é também o «libretto» de Arrigo Boito. Só então poderá admirar a acabada plasticidade do discurso musical, no qual não há um período, uma frase, um inciso, que não seja rico de sentido, carregado de intenção.



— E a ópera portuguesa? Era problema de há cinquenta anos?

— Era. Problema e desiderato que, por sinal, vinha de tempo mais antigo. Já no século dos senhores D. João V e D. José havia Portugueses desejosos de mostrar que cá na terra também tínhamos quem soubesse fazer óperas com todos os preceitos da arte do Scarlatti, do Provenzale, do Traetta, do Caldara, do Jomelli, etc., etc. Também sabemos que no período de 1890 a 1910 se cantaram em S. Carlos óperas de autores portugueses: o *Fra Luigi di Sousa*, de Freitas Gazul; a *Irene* e a *Serrana*, de Alfredo Keil; o *Mario Wetter* e *La Borghesina*, de Augusto Machado e o *Amore e Perdizione*, de João Arroyo. Mesmo assim, à italiana e em italiano. No Coliseu cantou-se a *Dona Mecia*, de Óscar da Silva.

De todas estas óperas apenas ouvi a *Serrana* e o *Amor de Perdição*.

Nós, os rapazes e adolescentes de 1901 e 1903, anos em que a *Serrana* se popularizou por ter sido cantada no Coliseu, tínhamos por Alfredo Keil uma admiração ilimitada, à qual eu me sentia arrastado. Estou a vê-lo, em 1903, no palco do Coliseu, a agradecer, comovido, as ovações interminadas que ali recebeu, ao lado de Rosa de Vila, de Carlo Lanfredi, de Alessandro Modesti, de Carlo Walter, cujos nomes me ficaram sempre de memória, e foi com sincera emoção que certa noite vi a montra da tabacaria Costa, que era à esquina sul do Rossio, para a Rua do Carmo, onde ainda hoje está uma tabacaria também, com o retrato de Alfredo Keil envolvido em crepes.

Os jornais da noite confirmavam a notícia. Sucumbira em Hamburgo a uma operação na garganta, como mais tarde em Bruxelas

Giacomo Puccini. Guardei-o na memória com aquela veneração que se cria aos vinte anos por uma artista que eu vi aplaudir e que passou perto de mim várias vezes, sem suspeitar da admiração que me merecia. Ele costumava parar à porta da tabacaria de que falei, cujo proprietário sr. Costa, seu grande admirador, era, por sinal, um tanto parecido com Puccini, apenas mais baixo e mais miúdo. Havia ali à venda a colecção dos postais da *Serrana*, com a reprodução dos cenários de cada um dos três actos e os desenhos das personagens: Zabel, Pedro, Marcelo, Nabor... E ainda hoje me sabe bem ouvir a cantiga ao desafio, o coro das fiandeiras, o «Padre Nosso»...

Tudo isto era cantado em italiano, em versão de Cesare Ferreale, e ainda hoje estou para saber se a *Serrana* foi escrita originalmente em italiano ou em português. O «libretto» foi publicado nas duas línguas.

De Augusto Machado dizia-se que só sabia fazer música francesa, acusação que naturalmente lhe doía e que possivelmente procurou desmentir, quando escreveu a música para uma peça construída por Henrique Lopes de Mendonça sobre temas de Gil Vicente, que se chamou o *Tiçãõ Negro*, posto em cena por Sousa Bastos. Viram na obra uma tentativa louvável de apertuguesamento do nosso teatro, na letra e na música, que todavia ficou por aí.

Eu também vi muito Augusto Machado no deambular das nossas ruas e estou a revê-lo, magro e pequeno de corpo, mirrado de rosto, mas de olhar muito iluminado, posto que melancólico e fatigado. Creio que o vi pela última vez numa noite de estreia de companhia de ópera no Coliseu, em que se cantava, por excepção, o *Otello*. Fitei-o teimosamente, procurando adivinhar nele aquela natural preocupação, aquela natural inferioridade de «raté», que muito deve pesar sobre o músico português, olhando em volta e olhando-se. Como podia ser que, ouvindo a música de Verdi, mundialmente triunfante, ele não sentisse a lástima de ter nascido em terra, onde o garatujar do pentagrama a mais não leva que ao acumular inútil de horas de sonho no lixo dos arquivos?

A João Arroyo nunca vi. Como já contei, vi e ouvi o irmão, António Arroyo, de cuja integridade e franqueza se contava certa anedota, aliás verdadeira. O falecido Ricardo Strauss esteve cá uma vez e António Arroyo acompanhou-o. Pois, num passeio nos arredores de Lisboa, Ricardo Strauss respondeu-lhe, a propósito de qualquer coisa ligada com a arte dos sons:

— Pois sim, mas eu não sou Beethoven...

— Naturalmente, foi a réplica, muito franca, de António Arroyo.

O irmão, João Arroyo, ministro honorário, par do reino, etc., apareceu um dia às turbas embasbacadas como autor duma ópera. E triunfou. A tal ponto que António José de Almeida dele disse em tal

tempo, exemplificando as formas de servir a pátria: — Serve-a brilhantemente João Arroyo, com a sua arte de compositor, posto que, lamentavelmente, a desservindo no campo político.

Eu gostei do *Amor de Perdição*, quando o ouvi na segunda época, em que foi dado. Sobretudo do prelúdio e da cena final.

De Freitas Gazul desconheço totalmente o *Frei Luís de Sousa*, embora lhe tenha ouvido uma vez, desgarradamente, o prelúdio.

O articulista do *Dictionnaire des Opéras* faz-lhe uma boa referência. No entanto, tratando de óperas de autores portugueses, ele não se esquece de lhes apontar o favor de êxitos muito devido a manifestações de patriotismo do nosso público, mais do que ao valor própria-mente das obras.

Vou terminar esta recordação de nomes de músicos portugueses que, no tempo em que viveram, pretenderam associar o seu país ao cultivo superior da arte universal, lembrando um nome de quem, activo e fértil, não escreveu óperas para S. Carlos, mas música ligeira para os teatros e teatrinhos populares de Lisboa e música sacra para as igrejas. Chamou-se Joaquim Casimiro, filho autêntico de Lisboa, onde nasceu e morreu.

Na primeira palestra que aqui tivemos, ouviram VV. Ex.^{as} a minha dúvida de que Frondoni tivesse realizado em Itália a obra que realizou Verdi, se por lá se tivesse deixado ficar. Mas de Joaquim Casimiro direi que na Itália, se lá tivera nascido — e não em Lisboa ele teria certamente ficado de fama não inferior à de Donizetti, com o qual teve grandes pontos de contacto: fecundidade operosíssima, facilidade melódica e eclectismo de estilo.

NOTA: — *Como as anteriores, esta conferência foi ilustrada por projecção de numerosas fotografias, desenhos e cromotipias.*

OURIVESARIA DA GUIA

FUNDADA EM 1875

JOIAS ◊ OURO ◊ PRATA ◊ RELÓGIOS

Rua Martins Moniz, 2-10 — Telefone 28336
Rua da Mouraria, 7-11 —————> LISBOA



Camilo Castelo Branco

O mais apreciado e o mais português
de todos os romancistas

Edição popular das suas principais obras
em 80 volumes

Conheça, Leia, Aprecie Divulgue

CAMILO

EDIÇÕES DA

PARCERIA ANTONIO MARIA PEREIRA

RUA AUGUSTA, 44 a 54

Telef. 31730 End. telegr. PARCEPEREIRA

Telef. 20244 Teleg. PAPELCAR

Papelaria

CARLOS

de Carlos Ferreira, L.^{da}

34, RUA DO OURO, 38

———— LISBOA ————



Especialidade em livros para
ESCRITURAÇÃO COMERCIAL



Grande sortido de artigos para
DESENHO E ESCRITÓRIO

TODOS OS PRODUTOS DA

COMPANHIA PORTUGUESA DE TABACOS

SUPERIOR, FRANCÊS, VIRGINIA, HOLANDÊS, TIP-TOP, VIC,
AVIZ, PROVISÓRIOS, TAGUS, LISBOAS, SPORTING, ETC., ETC.

são fabricados com ramas escolhidas, pelos processos mais modernos,
para bem servir os fumadores



151, RUA DO SALITRE, 155

TELEFONE 53173/4 * LISBOA

AMIGOS DE LISBOA

EDIÇÕES	PREÇOS PARA os sócios	PARA o público	CONSIGNAÇÕES	PREÇOS PARA os sócios	PARA o público
A cor de Lisboa	10\$00	12\$00	AUGUSTO CASMIRO		
A Lisboa de ontem e de hoje, do sr. Rocha Martins, crítica	9\$00	10\$00	Lisboa Mourisca	18\$00	20\$00
Noite de evocação do Leão de Ouro	9\$00	10\$00	EDUARDO NEVES		
«Olisipo» n.ºs 3/8, 12/14, 16/17, 20/21, 23/24	4\$00	5\$00	Lisboa na Numismática e na Medalhística	13\$50	15\$00
«Olisipo» n.ºs 25/52	8\$00	10\$00	Do Sítio do Intendente	10\$80	12\$00
Urbanização de Lisboa	4\$00	5\$00	FERREIRA DE ANDRADE		
A. VIEIRA DA SILVA			Do Convento de Nossa Senhora de Jesus	36\$00	40\$00
A Ponte de Alcântara e suas circunvizinhanças	9\$00	10\$00	Relação das casas foreiras	13\$50	15\$00
Fantasia sobre a origem do nome de Lisboa	9\$00	10\$00	Senado da Câmara e a Guerra civil	27\$00	30\$00
Os Paços dos Duques de Bragança	9\$00	10\$00	Três touradas no Terreiro do Paço	13\$50	15\$00
ALFREDO DA CUNHA			Palácios Reais de Lisboa	45\$00	50\$00
Olisipo, berço do periodismo português	9\$00	10\$00	J. S. VIEIRA		
ANTÓNIO R. DA SILVA E SOUSA			O Convento dos Marianos	6\$80	7\$50
A Igreja e o sítio de Santo Estêvão ...	9\$00	10\$00	GILBERTO MONTEIRO		
Bagatelas do tempo vário	4\$00	5\$00	Esboço histórico do Hospital Militar de Belém	18\$00	20\$00
O Campo de Santa Clara	9\$00	10\$00	GUSTAVO DE MATOS SEQUEIRA		
Ronda e Silva de Lisboa velha	4\$00	5\$00	Auto de S. João	4\$50	5\$00
HENRIQUE DE CAMPOS FERREIRA LIMA			Lisboa (comédia)	18\$00	20\$00
Casas onde, em Lisboa, residiu Almeida Garrett	9\$00	10\$00	HENRIQUE LINHARES DE LIMA		
F. A. GARCEZ TEIXEIRA			Vultos e Sombras medievais	45\$00	50\$00
A Irmandade de S. Lucas	9\$00	10\$00	HUGO RAPOSO		
JOSÉ SEBASTIÃO SALDANHA OLIVEIRA E DAUN			Primeiro Circuito de Lisboa Moderna em Transporte Colectivo	9\$00	10\$00
Relação histórica (resumida) das cavalladas no Torneio Real que se fez na Corte e cidade de Lisboa em 1795 ...	9\$00	10\$00	JOÃO PINTO DE CARVALHO (Tinop)		
LUÍS MOITA			Lisboa de Outrora, 1.º, 2.º e 3.º vols. cada	9\$00	10\$00
Ermida de Santo Amaro	9\$00	10\$00	JOAQUIM ROQUE DA FONSECA		
LUÍS PASTOR DE MACEDO			A Urbanização de Lisboa	13\$50	15\$00
Ascendentes de Camilo	13\$50	15\$00	JULIETA FERRÃO		
LUÍS TEIXEIRA			Lisboa, 1870	9\$00	10\$00
O «Diário de Notícias» no século XIX	4\$00	5\$00	LUÍS PASTOR DE MACEDO		
MÁRIO DE SAMPAYO RIBEIRO			A Baixa Pombalina	6\$80	7\$50
A Igreja e o convento da Graça	9\$00	10\$00	A Rua das Canastras	7\$20	8\$00
NORBERTO DE ARAÚJO			Crítica, correcções e aditamentos	5\$40	6\$00
Pequena monografia de S. Vicente	9\$00	10\$00	Notícias e registos curiosos extraídos dos livros paroquiais da freguesia da Sé	6\$80	7\$50
			MANUEL VICENTE MOREIRA		
			Jardins de Lisboa e Porto	6\$80	7\$50
			Problemas da habitação	31\$50	35\$00
			MÁRIO DE SAMPAYO RIBEIRO		
			Do Sítio do Restelo e das suas igrejas de Santa Maria de Belém	45\$00	50\$00
			ROBERTO DIAS COSTA		
			A Paróquia de S. Jorge da cidade de Lisboa	7\$20	8\$00
			ROQUE GAMEIRO		
			Lisboa Velha	162\$00	180\$00
			RUY DE ANDRADE		
			Como o artista Alfredo de Andrade encarava os problemas da edilícia cidadina	4\$50	5\$00
			RUY DIQUE TRAVASSOS VALDEZ		
			Subsídios para a Heráldica Tumular moderna olisiponense	45\$00	50\$00

ATENÇÃO

A OURIVESARIA

Miguel A. Fraga, L.^{da}

RUA DA PALMA, 26-28

Participa aos seus amigos e Clientes que já se encontra nas novas instalações, no

PAVILHÃO DOS OURIVES

Largo Martim Moniz, 18

onde continua a vender,
OURO, PRATA E JÓIAS
a baixos preços.

— Telefone 2 8503 —

Edições da "PORTUGALIA"

SOBRE LISBOA



A CARAVELA E OS CORVOS

por *SUSANNE CHANTAL*. — Os oito séculos da história da Capital, num encantador livro de 500 páginas

30500

A NOSSA LISBOA

por *MATOS SEQUEIRA* e *PASTOR DE MACEDO*. — Prémio « Júlio de Castilho » da C. M. L.

40500

GUIA E PLANTA DE LISBOA

por *NORBERTO DE ARAÚJO* e *ANTONIO SOARES*.

Edição portuguesa **15500**

Edição francesa **15500**

Edição inglesa **15500**



À venda em todas as Livrarias

COMPRAMOS

LIVROS DE BONS AUTORES



GRANDES E
PEQUENAS
QUANTIDADES



Livraria Garrett, 36

L I S B O A

EMPRESA NACIONAL DE APARELHAGEM ELÉCTRICA TEL.º 621177-621178
AVENIDA 24 DE JULHO 158 - LISBOA

LAMPARAS

LUMIAR

ACQUIRIR O NOSSO MATERIAL
É GARANTIA DE OBTER MATERIAL DE QUALIDADE SUPERIOR

MOTORES ELÉCTRICOS — TRANSFORMADORES
GERADORES

ENAE

Fabrico nacional

ESTORIL

COSTA DO SOL

A 23 QUILÓMETROS DE LISBOA — EXCELENTE ESTRADA MARGINAL

Rápido serviço de comboios eléctricos—Clima excepcional durante todo o ano

Todos os desportos: Golf, (15 buracos), Ténis, Hipismo, Natação, Esgrima, Tiro, etc.

Estoril-Palácio-Hotel: Moderno e elegante—Magnífica situação

Hotel do Parque: Todo o conforto — Anexo às termas.

Monte Estoril-Hotel: (antigo Hotel de Itália) completamente modernizado

Estoril-Termas: Estabelecimento Hidromineral e Fisioterápico Análises Clínicas — Ginástica Médica — Maçagens.

Tamariz: Magníficas esplanadas sobre o mar, Restaurante-Bar.

PISCINA de água tépida — SALA DE ARMAS
ESCOLA DE EQUITAÇÃO — STAND DE TIRO

CASINO:

Aberto todo o ano
Cinema — Concertos — Festas
Dancing — Restaurante — Bars
Jogos autorizados

Informações: Soc. Propaganda da Costa do Sol — ESTORIL

ÂNGELO G. RAMALHEIRA

— ENGENHEIRO CIVIL —

CONSTRUÇÕES
PROJECTOS DE ESTABILIDADE
BETÃO ARMADO

Av. Oriental do Parque Eduardo VII, 14, r/c.-E.

TEL. 4 9313 — LISBOA

— e — Praça D. Filipa de Lencastre, 22, 6.º

Telefone 2 6251 — PORTO

TOSSE ?

HORAS CALMAS



COM

BENZO-DIACOL